

Release de Resultados

4T17 e 2017



Sumário

Mensagem da Administração	3
Destaques do trimestre e ano	4
Portfólio em operação	6
Portfólio contratado: projetos em implantação	7
Condições de geração	9
Fonte eólica	9
Fonte hídrica.....	10
Fonte biomassa.....	15
Fonte solar	16
Produção de energia	17
Desempenho econômico e financeiro	21
Receita líquida	22
Custo de geração de energia	24
Despesas gerais e administrativas	25
Ebitda.....	26
Resultado Financeiro	28
Imposto de renda e contribuição social	29
Resultado líquido	29
Remuneração aos acionistas	29
Principais variações do ativo	31
Principais variações do passivo.....	32
Mercado de capitais	34
Estrutura societária	36
Glossário	38
Anexos – Mapa de contratos de venda de energia	40
Anexos – ativos em operação	41
Anexos – ativos em construção	44

Resultados 4T17 e 2017

Mensagem da Administração

“O ano de 2017 foi marcado por muitos desafios e grandes oportunidades. Com a CPFL Renováveis não foi diferente e a empresa concluiu o período reportando lucro líquido de R\$ 19,6 milhões. Apesar das turbulências, macroeconômica e política, o Brasil fechou o ano com um PIB de R\$ 6,6 trilhões, segundo o Banco Central, e avançou 1,7% em relação à 2016, e sinaliza boas perspectivas para 2018. Os indicadores econômicos são um importante termômetro para o negócio da geração de energia porque o setor cresce com o aumento do consumo interno do País.

O lucro líquido obtido pela Companhia em 2017, assim como o restante dos resultados, consolida a estratégia iniciada há seis anos e evidencia que os compromissos pactuados entre acionistas e administradores foram cumpridos. As aquisições realizadas ao longo dos anos, as participações nos leilões de energia, os ativos entregues no orçamento e no prazo contratado, aliados à disciplina financeira, solidez da base de seus acionistas e equipe de colaboradores altamente qualificada são aspectos fundamentais para o patamar de relevância alcançado pela CPFL Renováveis no mercado de energia no Brasil.

A Companhia conquistou a liderança na geração de energia por fontes renováveis e tem contribuído para o desenvolvimento do País com um modelo de negócio competitivo e fundamentado em princípios de sustentabilidade.

Em 2017, a CPFL Renováveis, além de reportar resultados financeiros positivos, também reduziu sua alavancagem no menor índice histórico e tem como outros destaques de sua atuação no período: geração de energia de 6.772,2 GWh, aumento de 3,5% em relação a 2016; Ebitda de R\$ 1.221,6 milhões, que representa alta de 23,0% quando comparada ao ano anterior e receita líquida de R\$ 1.959,1 milhões, que significa crescimento de 19,0% versus 2016.

Para 2018, a CPFL Renováveis segue otimista, buscando a excelência operacional, afinal são mais de 2 GW de capacidade de geração, manutenção do time de primeira linha e melhoria constante dos sistemas e processos. “

Resultados 4T17 e 2017

São Paulo, 22 de março de 2018 – A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) anuncia hoje os resultados referentes ao quarto trimestre de 2017 (4T17) e ano de 2017 (2017). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas em bases consolidadas e de acordo com a legislação societária aplicável.

Destaques do trimestre e ano

- i. Geração de energia de 1.878,4 GWh (1,2% versus 4T16) e 6.772,2 GWh (+3,5% versus 2016);
- ii. Receita líquida de R\$ 591,2 milhões (+17,8% versus 4T16) e R\$ 1.959,1 milhões (+19,0% versus 2016);
- iii. Ebitda de R\$ 354,4 milhões (+31,5% versus 4T16) e R\$ 1.221,6 milhões (+23,0% versus 2016);
- iv. Lucro líquido de R\$ 51,2 milhões no 4T17 versus um prejuízo líquido de R\$ 26,2 milhões no 4T16) e lucro líquido de R\$ 19,6 milhões em 2017 versus um prejuízo líquido de R\$ 143,7 milhões em 2016);
- v. Proposta de distribuição de dividendos de R\$ 3,6 milhões em 2017;
- vi. Investimentos de R\$ 646,3 milhões durante 2017 principalmente para os projetos em construção;
- vii. Situação de liquidez adequada ao perfil da Companhia: caixa de R\$ 1,7 bilhão¹;
- viii. No dia 22 de dezembro de 2017, a Companhia declarou suas ofertas de energia para participar do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit de energia nova (MCSD A-1). Os empreendimentos da CPFL Renováveis que participaram do MCSD A-1 de 2018 foram os parques eólicos de Atlântica, Macacos, Morro dos Ventos II e Pedra Cheirosa com capacidade total de 275,7 MW. Foi descontratado o montante de 131,0 MW em 2018, com expectativa de receita adicional para a Companhia, uma vez que o preço do contrato firmado no mercado livre é superior ao preço do contrato no mercado regulado para esses empreendimentos;
- ix. A CPFL Renováveis está entre as 200 maiores empresas de capital aberto que obtêm receitas significativas de energia limpa pela Carbon Clean 200. Essa é uma lista realizada pelas organizações *As You Sow* e *Corporate Knights*, que inclui empresas envolvidas no fornecimento de produtos, materiais e serviços relacionados à eficiência energética; e
- x. O Programa Raízes, programa de investimento social privado da CPFL Renováveis, completa 2 anos. Nestes dois anos de atuação o Raízes colocou em prática 16 projetos

¹ Inclui caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e conta reserva (aplicações financeiras vinculadas).

que beneficiaram diretamente 13.101 pessoas, e indiretamente 16.420 moradores de 13 municípios nos Estados do Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

Eventos subsequentes

- xi. No dia 20 de fevereiro de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante por meio do qual comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu, na mesma data, Ofício da CVM acerca da Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA). Neste documento, a CVM concluiu que o preço por ação resultante da Demonstração Justificada de Preço para a CPFL Renováveis (R\$ 12,20) não encontra respaldo de acordo com aplicação de critérios utilizados pela CVM. Dessa maneira, a CVM solicitou que a ofertante rerepresentasse a documentação da Oferta, para refletir a conclusão da CVM sobre o preço por ação resultante da Demonstração Justificada de Preço para a CPFL Renováveis, para o valor de no mínimo R\$ 16,69. No mesmo fato relevante, a Companhia comunicou que também recebeu da ofertante, State Grid Brazil Power Participações S.A., informação de que recorreria da decisão;
- xii. No dia 08 de março de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante sobre (i) o recebimento de recurso contra decisão da área técnica da CVM no âmbito da oferta pública de aquisição de ações por alienação de controle da CPFL Renováveis; e (ii) a suspensão dos prazos para atendimento do Ofício da CVM divulgado no dia 20 de fevereiro de 2018; e
- xiii. Na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 09 de março de 2018, ocorreu a eleição do Sr. Fernando Mano da Silva para o cargo de Diretor-Presidente e do Sr. Alessandro Gregori Filho para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia.

Resultados 4T17 e 2017

Indicadores Econômicos e Operacionais

(R\$ mil)	4T17	4T16	4T17 vs 4T16	2017	2016	2017 vs 2016
Demonstrativo de Resultados						
Receita Líquida	591.165	501.857	17,8%	1.959.084	1.646.588	19,0%
Ebitda ⁽¹⁾	354.352	269.502	31,5%	1.221.614	993.129	23,0%
Margem Ebitda	59,9%	53,7%	6,2 p.p	62,4%	60,3%	2,1 p.p
Resultado líquido	51.243	(26.245)	N.A	19.646	(143.706)	N.A
Investimentos	200.316	127.540	57,1%	646.281	929.768	-30,5%
Indicadores Operacionais						
Capacidade em operação (MW)	2.103	2.054	2,4%	2.103	2.054	2,4%
# usinas/ parques em operação	93	91	2,2%	93	91	2,2%
Energia gerada (GWh) ⁽²⁾	1.878	1.855	1,2%	6.772	6.540	3,5%
Número de funcionários ⁽³⁾	479	432	10,9%	479	432	10,9%

¹ Ebitda corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); e (iii) do resultado financeiro, conforme Instrução CVM Nº 527, de 04 de outubro de 2012.

² Em decorrência da liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), para efeitos de contabilização a Companhia considera a geração provisionada do último mês do período corrente.

³ Considera estagiários e diretores estatutários.

Portfólio em operação

A CPFL Renováveis tem como vantagem competitiva a diversificação de seu portfólio que, no encerramento de 2017, contava com 93 ativos localizados em 58 municípios brasileiros. Para atender a esse portfólio a Companhia conta com uma plataforma robusta e altamente escalável.

No 4T17, a capacidade da Companhia totalizava 2.102,6 MW, crescimento de 2,4% em relação ao 4T16. Esse aumento deve-se à entrada em operação comercial do complexo eólico Pedra Cheirosa (+48,3 MW), em junho de 2017.

No encerramento do 4T17, a capacidade da Companhia estava distribuída da seguinte forma:

Fonte	Capacidade em operação (MW)	Número de ativos	% do portfólio
Eólica	1.308,5	45	62,2%
PCH	423,0	39	20,1%
Biomassa	370,0	8	17,6%
Solar	1,1	1	0,1%
Total em operação	2.102,6	93	100,0%

Resultados 4T17 e 2017

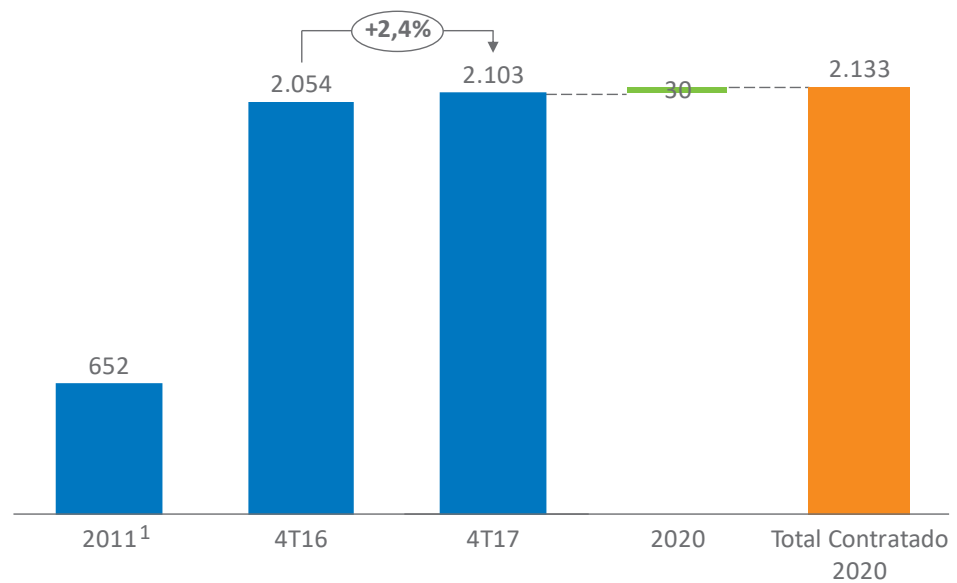
Portfólio contratado: projetos em implantação

Hoje, a Companhia possui 1 PCH em implantação, que adicionará 29,9 MW de capacidade nos próximos anos:

Projeto	Fonte	U.F.	Município	Capacidade (MW)	Entrada em operação
PCH Boa Vista 2	PCH	MG	Varginha	29,9 ¹	2020

¹ Conforme o Despacho nº 2.157 da ANEEL, houve o aumento na capacidade instalada na PCH Boa Vista 2, de 26,5 MW para 29,9 MW, devido à otimização do projeto.

Evolução do portfólio contratado até 2020 (MW)



¹ Agosto de 2011 - Criação da CPFL Renováveis

Resultados 4T17 e 2017

Status de obra

PCH Boa Vista 2



- ✓ 29,9 MW de capacidade
- ✓ Licença de instalação emitida em julho de 2016, revisada em março de 2017
- ✓ Obras iniciadas em fevereiro de 2017
- ✓ Status: concretagem das estruturas e montagem dos equipamentos em andamento
- ✓ Localização: Varginha / MG
- ✓ Entrada em operação comercial: 2020

Além dos ativos em operação e dos projetos em fase de implantação, a Companhia possui um *pipeline* de projetos em desenvolvimento que soma 2,6 GW.

Condições de geração

Fonte eólica

Nos últimos anos, a geração de energia a partir de projetos eólicos tem apresentado crescimento expressivo no Brasil. A capacidade instalada dos parques eólicos no País alcançou 12,7 GW em fevereiro de 2018, distribuída em 508 parques. Espera-se que a matriz elétrica brasileira conte com 28,5 GW de capacidade de geração eólica até o final de 2026².

A geração de energia dos parques eólicos oscila, predominantemente, em função da velocidade média dos ventos. Nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, os 1º e 2º trimestres do ano apresentam menor velocidade média dos ventos, fazendo com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração quando comparados aos dos 3º e 4º trimestres. Observa-se o mesmo efeito sazonal em receitas, já que o reconhecimento das receitas dos parques eólicos segue a geração efetiva desses parques.

Vale observar que, cada parque eólico tem fator de capacidade definido de acordo com uma certificação emitida por empresas especializadas independentes, que considera principalmente as características do vento medido na região e particularidades do projeto propriamente dito. A quantidade de energia que pode ser negociada nos projetos eólicos é baseada no potencial de geração certificado. Além disso, um projeto eólico só poderá vender sua energia por meio de leilões regulados de energia se dispuser de no mínimo 3 anos de medição de vento para o cálculo do seu fator de capacidade. Logo, a eficiência dos parques poderá ser medida pela comparação do fator de capacidade certificado com a geração efetiva do ativo, considerando a geração de períodos de 12 meses, intervalo necessário para que as variações da sazonalidade dos ventos ao longo do ano sejam capturadas.

Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD)

Com a finalidade de mitigar os efeitos negativos sofridos pelas distribuidoras em razão dos altos níveis de sobrecontratação de energia, a ANEEL tem realizado algumas medidas para que as distribuidoras diminuam seus excedentes de energia.

A Resolução ANEEL nº 693 de 2015 (alterada pela Resolução ANEEL nº 726 de 2016 e pela Resolução ANEEL nº 727 de 2016) regulamentou o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (“MCSD”) de energia elétrica com participação dos empreendimentos de geração que comercializaram energia em LFA (“Leilão de fontes alternativas”) e LEN (“Leilão de Energia Nova”).

Por meio do MCSD de Energia Nova, implementado de forma centralizada pela CCEE, as distribuidoras têm a possibilidade de declararem suas sobras e déficits enquanto os empreendimentos de geração interessados podem declarar ofertas para redução de sua energia contratada (de forma parcial ou total, por prazo estabelecido). A CCEE utiliza a declaração de todos os agentes, realizando trocas de energia otimizadas entre as distribuidoras e geradoras. Por fim, a CCEE contabiliza as operações, podendo ratificar a redução proposta pelo gerador. Caso isso ocorra, a energia fica descontratada pelo prazo estabelecido no acordo, podendo ser comercializada no ambiente de contratação livre (“ACL”).

² Plano Decenal de Expansão de Energia 2026

Resultados 4T17 e 2017

Os empreendimentos da CPFL Renováveis que participaram do MCS D A-0 de julho de 2017 à dezembro de 2017 são os parques eólicos Morros dos Ventos II, Atlântica I, II e IV e o complexo eólico Macacos com capacidade de 197,4 MW totalizando 91,2 MW médios descontratados.

Adicionalmente, participaram do MCS D A-1 de janeiro de 2018 os parques eólicos de Atlântica, Macacos, Morro dos Ventos II e Pedra Cheirosa com capacidade de 275,7 MW totalizando 131,0 MW médios descontratados em 2018.

Fonte hídrica

As pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) são usinas de pequeno porte, com capacidade instalada entre 3 MW e 30 MW e área de reservatório de até 3 quilômetros quadrados, de acordo com a definição da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Por conta de suas características distintas em relação às grandes usinas e possibilidade de implantação perto de grandes centros consumidores, esse tipo de empreendimento representa uma opção adequada para complementar a matriz elétrica brasileira. Em fevereiro de 2018, o aproveitamento hidrelétrico representava aproximadamente 63,9% da capacidade instalada no país, sendo 3,6% de PCHs (5,6 GW de capacidade instalada, distribuída em 1.090 empreendimentos³). Espera-se que a matriz elétrica brasileira conte com 8,2 GW de capacidade de PCHs e CGHs até o final de 2026⁴.

A energia hidrelétrica é produzida a partir das vazões dos rios, que podem ser medidas por meio das Energias Naturais Afluentes (“ENAs”) dos reservatórios. A ENA é a quantidade de energia que pode ser produzida com base na vazão de água de um determinado rio no seu ponto de aproveitamento. Quanto maior a ENA, maior é a quantidade de energia que poderá ser produzida. Os valores de ENA são expressos em MW médios ou em percentual da média histórica de longo termo (“%MLT”), cuja série iniciou-se em 1931. As variações das ENAs medidas ocorrem, sobretudo, de acordo com as precipitações e influem diretamente na geração das usinas hidrelétricas na região em questão.

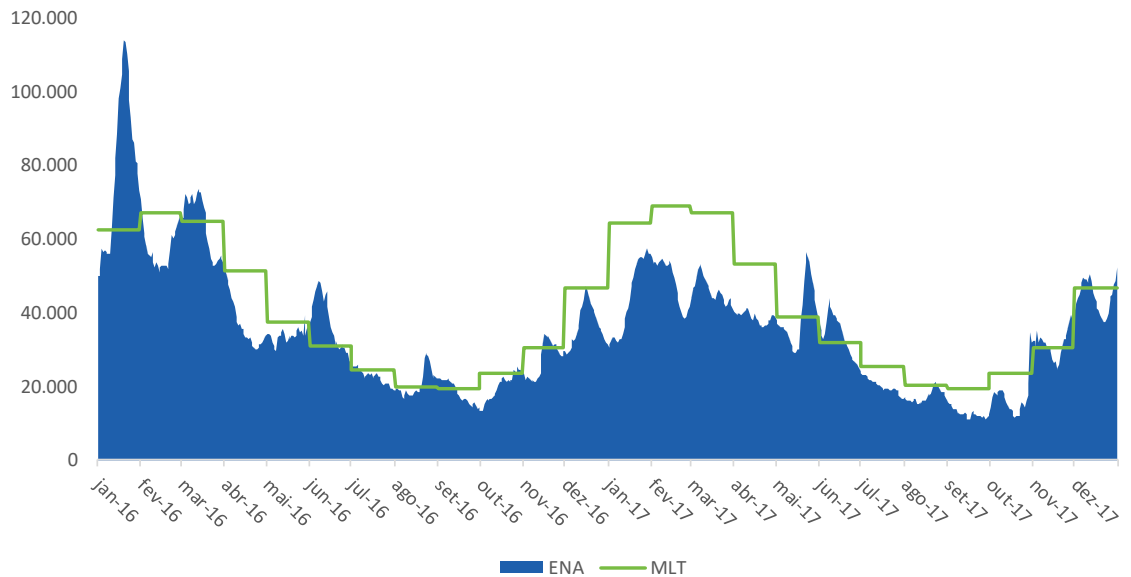
Os gráficos abaixo mostram o histórico dos últimos 24 meses findos em dezembro de 2017 da ENA para os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul, nos quais estão situadas as PCHs da CPFL Renováveis.

³ Considera PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) e CGHs (Centrais de Geração Hidrelétricas) - Fonte: BIG (ANEEL) - Fevereiro/2018

⁴ Plano Decenal de Expansão de Energia 2026

Resultados 4T17 e 2017

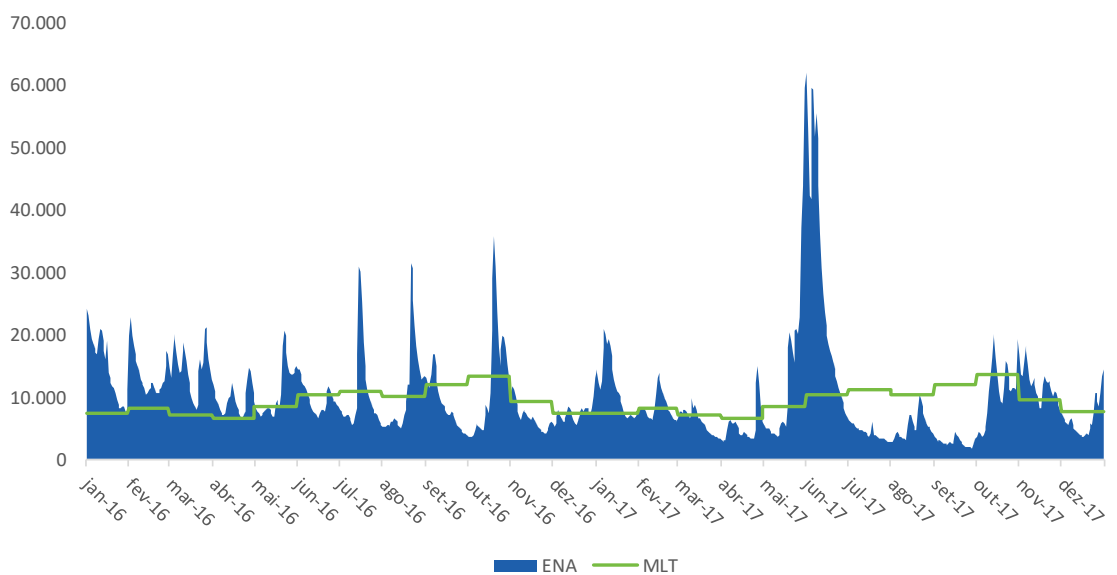
Energia Natural Afluyente – ENA – Sudeste/Centro-Oeste
(MW médios – últimos 24 meses – Dezembro/2017)



Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

A região Sudeste/Centro-Oeste, onde está localizada grande parte das PCHs da CPFL Renováveis, encerrou o 4T17 com o seu nível de armazenamento dos reservatórios⁵ em 22,5%, 11,3 p.p. abaixo do nível do final do 4T16 (33,8%).

Energia Natural Afluyente – ENA – Sul
(MW médios – últimos 24 meses – Dezembro/2017)



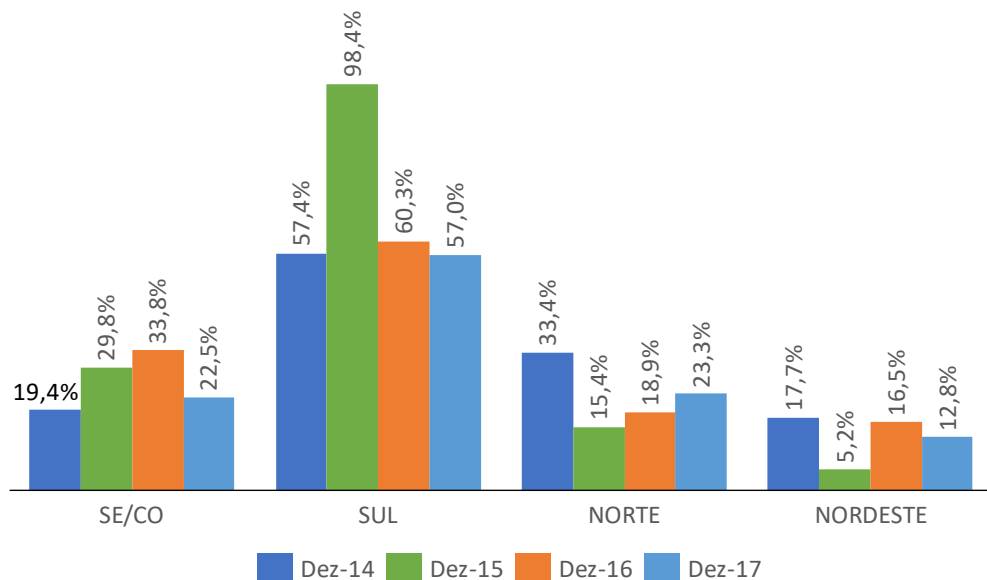
Na região Sul, os reservatórios encerraram o 4T17 com 57,0% de sua capacidade de armazenamento, apresentando queda de 3,3 p.p. em relação ao final do 4T16 (60,3%).

⁵ Fonte: ONS - Boletim Diário da Operação (Dezembro/2017)

Resultados 4T17 e 2017

A energia armazenada é aquela disponível a partir do aproveitamento do volume de água dos reservatórios em seus respectivos níveis operativos. É representada como porcentagem sobre a energia armazenável máxima. Nota-se no gráfico abaixo que todas as regiões do Brasil no encerramento de 2017, exceto a região Norte, apresentaram redução no nível de seus reservatórios em relação ao encerramento a 2016.

Armazenamento dos reservatórios em Dezembro - 2014 a 2017



Fonte: ONS

MRE: A contabilização das receitas provenientes das PCHs resulta da garantia física de cada usina, sazonalizada e registrada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A diferença entre a energia gerada e a garantia física é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). A quantidade de energia gerada acima ou abaixo da garantia física é valorada por uma tarifa denominada de Tarifa de Energia de Otimização (“TEO”), que cobre somente os custos variáveis de operação e manutenção das usinas, esta receita ou despesa adicional é mensalmente contabilizada para cada gerador. Para o ano de 2016, a TEO foi de R\$ 12,32/MWh e para o ano de 2017 é de R\$ 11,58/MWh. Já para o ano de 2018 o valor da TEO será de R\$ 11,88/MWh. Esses valores são reajustados pela ANEEL.

Caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas por condições hidrológicas desfavoráveis, as mesmas rateiam tal déficit de energia proporcionalmente às suas garantias físicas e a liquidação financeira é valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”). Este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor”). Bem como, se a geração for superior ao somatório das garantias físicas das usinas do MRE, esse excedente é valorado também ao PLD. Este efeito é definido como Energia Secundária.

Em 2016, o PLD mínimo definido pela ANEEL foi de R\$ 30,25/MWh e o PLD máximo de R\$ 422,56/MWh. Já para 2017, o PLD mínimo é de R\$ 33,68/MWh e o PLD máximo de R\$ 533,82/MWh. Para 2018, a ANEEL estabeleceu o valor mínimo de R\$ 40,16/MWh e o máximo de R\$ 505,18/MWh.

Em maio de 2017, as quatro PCHs – Socorro, Três Saltos, Dourados e Guaporé – retornaram ao MRE devido à Lei nº 13.360/2016 que estabeleceu que “os empreendimentos hidrelétricos não

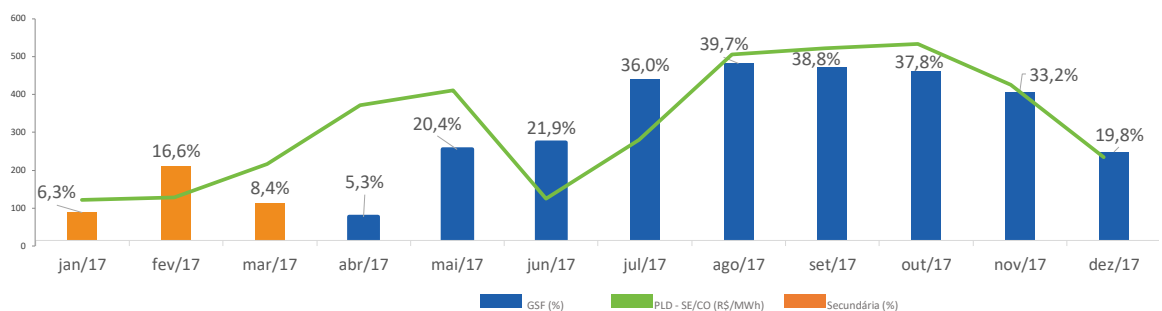
Resultados 4T17 e 2017

despachados centralizadamente que optarem por participar do MRE somente poderão ser excluídos do referido mecanismo por solicitação própria ou em caso de perda de outorga”.

Liminar sobre a revisão da garantia física de PCHs: A hidrologia adversa dos últimos anos tem impactado diretamente a geração das usinas hidrelétricas. O resultado é que a geração de muitas usinas hidrelétricas tem sido abaixo da garantia física. O MME é responsável pela metodologia da revisão da garantia física onde é considerada o histórico de geração das PCHs desde 2001. Considerando esse cenário, as garantias físicas de algumas PCHs da CPFL Renováveis deveriam ser revisadas para baixo. Todavia, a CPFL Renováveis, por meio da ABRAGEL, obteve decisão liminar que suspende os efeitos da Portaria nº 463/2009, referente à revisão de garantia física de PCHs, restabelecendo os valores originais e impedindo novas revisões até que os pleitos dos geradores sejam discutidos entre os agentes. Enquanto isso, a CCEE deverá considerar os valores originais estabelecidos para as PCHs incluídas na ação, nos processos de contabilização e de liquidação posteriores à decisão da liminar.

Os gráficos abaixo mostram o histórico de GSF/Energia Secundária e do PLD médio do Sudeste/Centro-oeste dos últimos 12 meses.

Histórico do GSF¹ e Energia Secundária (%) versus PLD da região SE/CO (R\$/MWh)



Fonte: CCEE.

¹ Os valores de GSF (%) apresentados no gráfico são negativos, mas invertidos para melhor visualização da informação. Os meses de novembro e dezembro de 2017 contemplam valores provisionados na CCEE.

Repactuação do risco hidrológico (GSF): Desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido inferior ao total de suas garantias físicas, provocando custos decorrentes de GSF inferior a 1 (um).

A ANEEL discutiu o tema por meio da Audiência Pública nº 32 (AP 32/2015), com vistas a obter subsídios e informações adicionais para a discussão conceitual do GSF. Diversos agentes e associações do setor contribuíram, apresentando propostas de estruturação e mitigação do risco do GSF.

Como resultado das negociações que aconteceram ao longo de 2015, a ANEEL criou uma metodologia para permitir que os geradores troquem o risco de não conseguirem gerar o equivalente às suas garantias físicas por um "bônus de risco" a ser calculado para cada usina.

Concomitante ao andamento da AP 032/2015, foi publicada, em agosto de 2015, a MP 688, que dispunha sobre os critérios de repactuação do risco hidrológico (GSF). A Lei 13.203/2015, sancionada e publicada em dezembro de 2015, foi resultado da conversão da referida MP e

Resultados 4T17 e 2017

permitiu que os geradores hidrelétricos repactuassem o risco de seus contratos decorrentes dos anos de baixa hidrologia.

Dessa forma, a ANEEL - por meio dos despachos nº 4.122 de 24 de dezembro de 2015 e nº 4.132 de 28 de dezembro de 2015 - concedeu anuência à repactuação do risco hidrológico (GSF) das seguintes usinas da CPFL Renováveis: PCH Arvoredo, PCH Salto Góes, PCH Varginha, PCH Santa Luzia, PCH Plano Alto, PCH Alto Irani, PCH Cocais Grande, PCH Figueirópolis e PCH Ludesa. Em 31 de dezembro de 2017, o montante repactuado correspondia a 91,3 MW médios de garantia física (38,8% do portfólio total de PCHs) e o produto de adesão foi o SP100**, conforme demonstrado na tabela abaixo:

PCH	Garantia Física (MW médios)*	MW médios repactuados	Produto**
Arvoredo	7,4	7,0	SP100
Salto Góes	11,1	11,1	SP100
Varginha	5,4	4,0	SP100
Santa Luzia	18,4	14,0	SP100
Plano Alto	9,3	9,3	SP100
Alto Irani	12,4	12,4	SP100
Cocais Grande	4,6	4,6	SP100
Figueirópolis	12,6	12,2	SP100
Ludesa	21,2	16,7	SP100
TOTAL	102,4	91,3	

* Valores de garantia física conforme Portaria ANEEL nº 30.

** SP 100 é o produto no qual o gerador transfere o risco hidrológico (GSF) e a energia secundária para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, conforme especificando pela REN 684/2015. Esse termo significa que a Companhia repactuou 100% do risco hidrológico (GSF) das usinas no ACR ao prêmio R\$ 9,50/MWh.

Os geradores que aderiram à repactuação do risco hidrológico (GSF) das usinas tiveram que cancelar processos judiciais em curso e quitar o passivo de GSF de maio a dezembro de 2015, e assim, passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como receita para os ativos negociados no PROINFA e como redutor de custo para os outros ativos do mercado regulado.

Em dezembro de 2017, a PCH Mata Velha aderiu ao processo de repactuação do risco hidrológico, válido a partir de janeiro de 2018.

Com relação às usinas no Ambiente de Contratação Livre (ACL), a Companhia decidiu pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico (GSF), conforme estabelecido na Lei nº 13.203/2015 e Resolução ANEEL nº 684/2015. A repactuação do risco hidrológico dessas usinas foi alvo de nova rodada de discussões, durante a vigência da Consulta Pública nº 33 do Ministério de Minas e Energia, mas ainda sem conclusões.

A garantia física no mercado livre é de 144,2 MWm (equivalente a 61,2% do portfólio das PCHs em operação).

Liminar GSF: Em junho de 2015, a APINE ajuizou uma ação com vistas à proteção dos seus geradores hidráulicos associados no que tange ao GSF. A liminar, estipulando que não fosse aplicado o GSF, foi deferida em Julho de 2015 e, desde então, os associados da APINE que ingressaram na ação não pagam à CCEE o GSF mensal. A CPFL Renováveis ingressou nessa ação com todas as PCHs. Em dezembro de 2015, em virtude da repactuação do risco hidrológico, nos termos da Resolução ANEEL

Resultados 4T17 e 2017

684/2015, as PCHs com contratos no ambiente regulado desistiram da ação para poder auferir dos benefícios da repactuação, continuando na ação somente as usinas da CPFL Renováveis com contratos negociados no ambiente livre. Em fevereiro de 2018, a liminar foi cassada, porém os saldos devidos do passado foram preservados.

Fonte biomassa

A produção de energia por meio da biomassa é considerada uma alternativa interessante para a diversificação da matriz energética em substituição aos combustíveis fósseis, como petróleo e carvão. Nessa categoria, a modalidade de geração de energia mais empregada no Brasil é a utilização de resíduos do processamento industrial da cana-de-açúcar, principalmente o bagaço.

O aproveitamento da energia deste subproduto como insumo acontece desde a implantação das primeiras usinas sucroalcooleiras, localizadas em sua maioria nos estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, próximo dos maiores centros consumidores de energia. No primeiro momento, sua utilização tinha como objetivo suprir as necessidades dessas unidades produtoras. A evolução da eficiência energética do setor, contudo, permitiu a produção de excedentes de energia elétrica, que passaram a ser comercializados, ampliando a importância do seu uso na matriz energética nacional.

Em fevereiro de 2018, as usinas de geração de energia elétrica a partir da biomassa representavam 14,5 GW⁶ instalados no país (548 empreendimentos). O PDE 2026⁷ projeta crescimento dessa fonte, que deverá atingir capacidade instalada de 16,9 GW em dezembro de 2026.

O reconhecimento das receitas dos empreendimentos de geração de energia elétrica a partir da biomassa de cana-de-açúcar, depende do contrato e pode seguir a geração efetiva dessas usinas ou ser sazonalizada. A geração, por sua vez, acompanha o efeito sazonal da safra, que, na região Sudeste, tem seu início em abril e seu término em novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano seguinte. Sendo assim, de forma geral, o primeiro semestre do ano é um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos.

Revisão da garantia física: Conforme a Portaria MME nº 564/2014, as usinas de biomassa da CPFL Renováveis, que juntas somam 370 MW de potência, tiveram as suas garantias físicas revisadas a partir de janeiro de 2017. A metodologia de cálculo para revisão considera a geração média 12 meses (maio a abril). Se a geração média estiver abaixo de 90% ou acima de 105% da garantia física atual da usina, a mesma passará ser a garantia física da usina em janeiro do ano seguinte.

O gráfico a seguir apresenta o histórico da safra nos estados em que a Companhia atua:

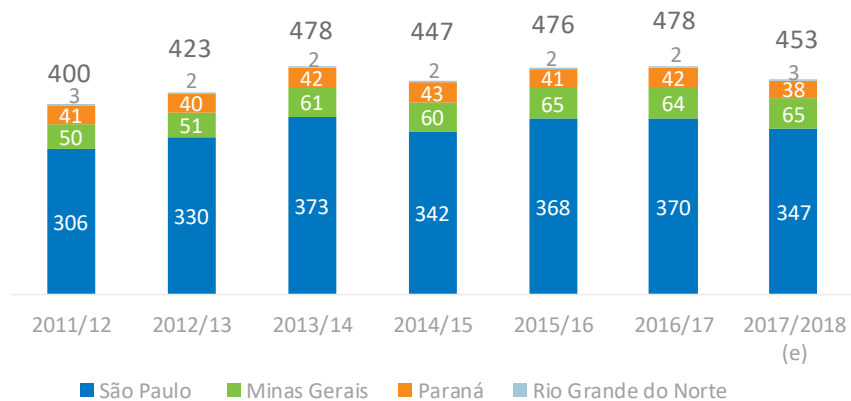
⁶ BIG (ANEEL) – Fevereiro de 2018

⁷ Plano Decenal de Expansão de Energia 2026

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Data base: Dezembro de 2017

Resultados 4T17 e 2017

Histórico da safra da cana de açúcar por Estado (milhões de toneladas)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Data base: Dezembro de 2017

Fonte solar

A geração de energia fotovoltaica é a única que transforma diretamente energia solar (radiação) em energia elétrica. Essa conversão direta ocorre pelos efeitos gerados pelo contato com materiais semicondutores, por exemplo, o silício, gerando o efeito fotovoltaico.

A EPE (Empresa de Pesquisa Energética), em seu relatório “Análise da Inserção da Geração Solar na Matriz Elétrica Brasileira” de maio de 2012 destaca que, apesar de eventualidades naturais como longos períodos de chuva poderem ter algum efeito temporário, a variabilidade interanual é muito baixa (entre 4% e 6% nas regiões áridas e de até 10% nas regiões costeiras e montanhosas⁸). A EPE lançou estudo atualizado sobre o setor solar no país e apontou um potencial dessa fonte de 30 mil GW no país, mais de 200 vezes a matriz elétrica brasileira atual.

A fonte solar ainda é pouco representativa no País, em fevereiro representava 1,0 GW⁹ instalados. Entretanto, o PDE 2026¹⁰ projeta crescimento significativo para essa fonte, que chegará a uma capacidade instalada de 9,7 GW em dezembro de 2026.

A CPFL Renováveis se antecipou na exploração dessa fonte e possui, desde 2012, uma usina de energia solar em operação, localizada em Campinas, estado de São Paulo – usina Tanquinho. Essa usina possui 1,1 MW de potência instalada, 0,2 MW médio de garantia física e sua energia é comercializada por meio de um contrato firmado no ACL (Ambiente de Contratação Livre).

⁸ “Uncertainty in Long-Term Photovoltaic Yield Predictions”, CanmetEnergy

⁹ BIG (ANEEL) – Fevereiro de 2018

¹⁰ Plano Decenal de Expansão de Energia 2026

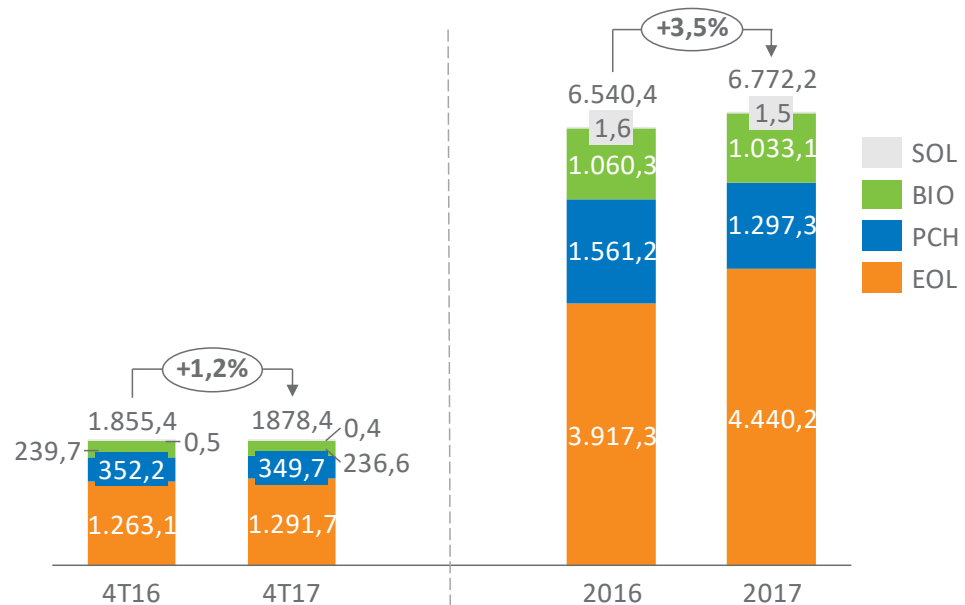
Resultados 4T17 e 2017

Produção de energia

No 4T17, a CPFL Renováveis gerou 1.878,4 GWh de energia, acréscimo de 1,2% em relação ao 4T16 (+23,0 GWh). Já em 2017, a CPFL Renováveis gerou 6.772,2 GWh de energia, aumento de 3,5% em relação a 2016 (+231,8 GWh).

A produção por fonte encontra-se representada no gráfico a seguir:

Geração de energia por fonte (GWh)



O portfólio de ativos da CPFL Renováveis é diversificado tanto em termos de fontes como em localização geográfica. Essa característica é relevante, pois mitiga os efeitos das sazonalidades e fatores climáticos, que variam de acordo com a fonte renovável e também com a localização geográfica de cada um dos ativos. A descrição do portfólio em operação está detalhada no anexo - Ativos em operação.

EÓLICA

No 4T17, a geração de energia dos parques eólicos apresentou crescimento de 2,3% (+28,6 GWh) quando comparada à geração do 4T16. Em 2017, houve um aumento de 13,3% (+522,9 GWh) quando comparado à de 2016. Essas variações devem-se principalmente à entrada em operação comercial dos complexos eólicos Campo dos Ventos e São Benedito, (entrada gradual de maio a dezembro de 2016) e do complexo eólico Pedra Cheirosa (junho de 2017) e à maior incidência de ventos no Rio Grande do Sul nos últimos 12 meses. Em contrapartida, ocorreu queda na geração dos parques do Rio Grande do Norte e do Ceará nos últimos 12 meses. A operação e manutenção dos parques do Ceará era executado pela Suzlon, empresa indiana que entrou com pedido autofalência e que decidiu não continuar com as operações no Brasil. A CPFL Renováveis assumiu a operação e em dezembro de 2017, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a contratação da Siemens Gamesa para prestação de serviços de O&M nos complexos eólicos do Ceará (SIIF, Bons Ventos e Rosa dos Ventos), em substituição ao fornecedor Suzlon.

Resultados 4T17 e 2017

As taxas de eficiência dos últimos 12, 24 e 36 meses foram de 87,9%, 90,6% e 91,7%, respectivamente. Nos últimos 36 meses, a taxa de eficiência foi impactada pelo cenário de velocidade dos ventos abaixo do esperado no Estado do Rio Grande do Norte, principalmente em função do fenômeno El Niño registrado no final de 2015 e início de 2016, impactando a geração nos complexos eólicos. Adicionalmente, tivemos a instabilidade da performance inicial da entrada em operação de novos parques do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte, aliados aos reparos necessários nos parques, efeitos que vem sendo corrigido ao longo dos meses e a problemas de disponibilidade nos parques do Ceará, principalmente no ano de 2017, que eram operados pela Suzlon.

Vale ressaltar que o P50 é uma medida de longo prazo e que desvios no curto prazo são normais.

Fator de capacidade e taxa de eficiência dos parques eólicos nos últimos 12 meses:

Ativo	Estado	Fator de capacidade Certificado ^{9 10}	Fator de capacidade real últimos 12 meses	Taxa de eficiência ¹¹
Complexo Eólico SIIF ⁽¹⁾	CE	35,0%	28,2%	80,5%
Complexo Eólico BVP Geradora ⁽²⁾	CE	38,5%	25,7%	66,9%
Complexo Eólico Rosa dos Ventos	CE	45,2%	37,9%	83,8%
Complexo Eólico Santa Clara ⁽³⁾	RN	40,2%	35,8%	88,9%
Complexo Eólico Morro dos Ventos ⁽⁴⁾	RN	43,3%	40,3%	93,1%
Complexo Eólico Atlântica ⁽⁵⁾	RS	43,2%	42,1%	97,6%
Complexo Eólico Macacos I ⁽⁶⁾	RN	49,1%	46,5%	94,6%
Parque Eólico Campo dos Ventos II	RN	46,7%	42,3%	90,5%
Complexo Eólico Eurus ⁽⁷⁾	RN	44,4%	42,4%	95,5%
Parque Eólico Morro dos Ventos II	RN	53,9%	46,4%	86,0%
Complexo Eólico Campo dos Ventos e São Benedito ⁽⁸⁾	RN	58,2%	55,5%	95,4%
Total		41,3%	39,4%	87,9%

Fator de capacidade e taxa de eficiência dos parques eólicos nos últimos 24 meses:

Ativo	Estado	Fator de capacidade Certificado ^{9 10}	Fator de capacidade real últimos 24 meses	Taxa de eficiência ¹¹
Complexo Eólico SIIF ⁽¹⁾	CE	35,0%	31,4%	89,8%
Complexo Eólico – BVP Geradora ⁽²⁾	CE	38,5%	32,4%	84,1%
Complexo Rosa dos Ventos	CE	45,2%	40,5%	89,7%
Complexo Eólico Santa Clara ⁽³⁾	RN	40,2%	36,2%	90,1%
Complexo Eólico Morro dos Ventos ⁽⁴⁾	RN	43,3%	40,3%	93,1%
Complexo Eólico Atlântica ⁽⁵⁾	RS	43,2%	40,0%	92,6%
Complexo Eólico Macacos I ⁽⁶⁾	RN	49,1%	46,5%	94,6%

Resultados 4T17 e 2017

Parque Eólico Campo dos Ventos II	RN	46,7%	42,4%	90,8%
Complexo Eólico Eurus ⁽⁷⁾	RN	44,4%	43,3%	97,5%
Parque Eólico Morro dos Ventos II	RN	53,9%	48,3%	89,6%
Total		41,3%	37,5%	90,6%

Fator de capacidade e taxa de eficiência dos parques eólicos nos últimos 36 meses:

Parque eólico	Estado	Fator de capacidade Certificado ^{9 10}	Fator de capacidade real últimos 36 meses	Taxa de eficiência ¹¹
Complexo Eólico SIIF ⁽¹⁾	CE	35,0%	33,8%	96,6%
Complexo Eólico BVP Geradora ⁽²⁾	CE	38,5%	35,4%	91,9%
Complexo Rosa dos Ventos ⁽³⁾	CE	45,2%	43,3%	95,7%
Complexo Eólico Santa Clara ⁽⁴⁾	RN	40,2%	35,1%	87,3%
Complexo Eólico Morro dos Ventos ⁽⁵⁾	RN	43,3%	39,2%	90,4%
Complexo Eólico Atlântica ⁽⁶⁾	RS	43,2%	38,7%	89,5%
Complexo Eólico Macacos I ⁽⁷⁾	RN	49,1%	45,6%	92,7%
Campo dos Ventos II	RN	46,7%	41,0%	87,8%
Complexo Eólico Eurus ⁽⁸⁾	RN	44,4%	42,1%	94,7%
Total		40,9%	37,4%	91,7%

¹ Complexo SIIF é formado pelos parques eólicos Paracuru, Foz do Rio Choró, Icaraizinho e Praia Formosa.

² Complexo BVP Geradora é formado pelos parques eólicos Enacel, Bons Ventos, Taíba Albatroz e Canoá Quebrada.

³ Complexo eólico Santa Clara é formado pelos parques eólicos Santa Clara I, Santa Clara II, Santa Clara III, Santa Clara IV, Santa Clara V, Santa Clara VI e Eurus VI.

⁴ Complexo Morro dos Ventos é formado pelos parques eólicos Morro dos Ventos I, III, IV, VI e IX.

⁵ Complexo Atlântica é formado pelos parques eólicos Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V.

⁶ Complexo Macacos I é formado pelos parques eólicos Macacos, Juremas, Pedra Preta e Costa Branca.

⁷ Complexo Eurus é formado pelos parques eólicos Eurus I e Eurus II.

⁸ Complexo Campo dos Ventos e São Benedito é formado pelos parques eólicos Campo dos Ventos I, III e V, São Domingos, Ventos de São Martinho, Ventos de São Benedito, Ventos de Santo Dimas, Ventos de Santa Mônica e Ventos de Santa Úrsula.

⁹ O fator de capacidade considera perdas na rede básica para o P50 estimada em 2,5%.

¹⁰ Atualização das certificações das eólicas devido aperfeiçoamento de análises em função de mais dados disponíveis.

¹¹ A taxa de eficiência (razão entre fator de capacidade real e fator de capacidade certificado) corresponde ao fator de geração que é calculado pela divisão entre geração realizada e geração certificada (P50).

HÍDRICA (PCH)

A geração de energia das PCHs apresentou queda de 0,7% (-2,5 GWh) no 4T17 e 16,9% (-263,9 GWh) em 2017, respectivamente. Esse decréscimo é explicado basicamente pelo menor volume gerado nas PCHs localizadas nas regiões Sul e Sudeste devido à menor afluência em 2017, resultante da situação hidrológica das regiões.

O total gerado pelas usinas pertencentes ao MRE tem sido, nos últimos anos, inferior ao total da garantia física das mesmas, ocasionando déficit (GSF) que, dependendo da quantidade contratada, resulta em uma exposição no mercado de curto prazo para tais usinas. Exceto no 1T17, onde houve energia secundária uma vez que as garantias físicas sazonalizadas das usinas pertencentes do MRE

Resultados 4T17 e 2017

estão mais concentradas nos demais meses do ano. A Companhia não tem efeito relevante para as usinas que comercializaram energia no mercado regulado, em função da repactuação do risco hidrológico (GSF). Os efeitos na CPFL Renováveis estão descritos nas sessões “Receita líquida e Custo de compra de energia”.

BIOMASSA

No 4T17, a geração de energia das usinas de biomassa apresentou queda de 1,3% (-3,1 GWh) devido principalmente à menor geração por conta da antecipação do fim da safra. Em 2017, a geração apresentou redução de 2,6% (-27,2 GWh) devido basicamente à menor geração na usina de Bio Formosa.

Resultados 4T17 e 2017

Desempenho econômico e financeiro

Demonstração de resultado

(R\$ mil)	4T17	4T16	4T17 vs 4T16	2017	2016	2017 vs 2016
Receita Líquida	591.165	501.857	17,8%	1.959.084	1.646.588	19,0%
Custo de geração de energia elétrica	(179.466)	(126.211)	42,2%	(551.971)	(460.709)	19,8%
Depreciação e amortização	(112.263)	(106.737)	5,2%	(454.657)	(395.372)	15,0%
Lucro Bruto	299.436	268.909	11,4%	952.456	790.507	20,5%
Despesas gerais e administrativas	(57.347)	(106.144)	-46,0%	(185.499)	(192.750)	-3,8%
Amortização do direito de exploração	(39.016)	(38.460)	1,4%	(155.323)	(152.471)	1,9%
Depreciação & amortização	(4.206)	(1.291)	225,8%	(7.038)	(5.326)	32,1%
Lucro operacional	198.867	123.014	61,7%	604.596	439.960	37,4%
Resultado Financeiro	(123.543)	(142.787)	-13,5%	(510.825)	(537.356)	-4,9%
IR e CS	(24.081)	(6.472)	272,1%	(74.125)	(46.310)	60,1%
Resultado líquido	51.243	(26.245)	N.A	19.646	(143.705)	N.A
Ebitda	354.352	269.502	31,5%	1.221.614	993.129	23,0%
Margem Ebitda	59,9%	53,7%	6,2 p.p	62,4%	60,3%	2,1 p.p

As variações do resultado entre os trimestres foram influenciadas principalmente pelo aumento da receita líquida em função da entrada em operação de novas capacidades e de estratégia de venda de energia no MCSD¹¹. Adicionalmente, no 4T16, foi realizado um volume maior de provisão de baixa de ativos, o que contribuiu para incremento de despesas no ano passado. Tais itens foram parcialmente compensados pelos maiores gastos com GSF em 2017, em função das condições hidrológicas. No 4T17, a Companhia registrou um Ebitda 31,5% superior ao registrado no 4T16.

As variações do resultado entre os anos foram influenciadas principalmente pelo aumento na receita líquida em função da entrada em operação de novas capacidades e pelo menor montante de provisão e baixa de ativos não circulante em 2017 que foram parcialmente compensados pelos maiores custos com geração de energia em função basicamente do GSF e do crescimento do portfólio. Em 2017, o Ebitda totalizou R\$ 1,2 bilhão, 23,0% superior ao de 2016.

Já o resultado financeiro houve uma menor despesa financeira líquida – consequência do cenário macroeconômico atual.

Com isso, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 51,2 milhões no 4T17 ante a um prejuízo de R\$ 26,2 milhões no 4T16. Já em 2017, o lucro líquido foi de R\$ 19,6 milhões ante a um prejuízo de R\$ 143,7 milhões em 2016.

¹¹ Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits

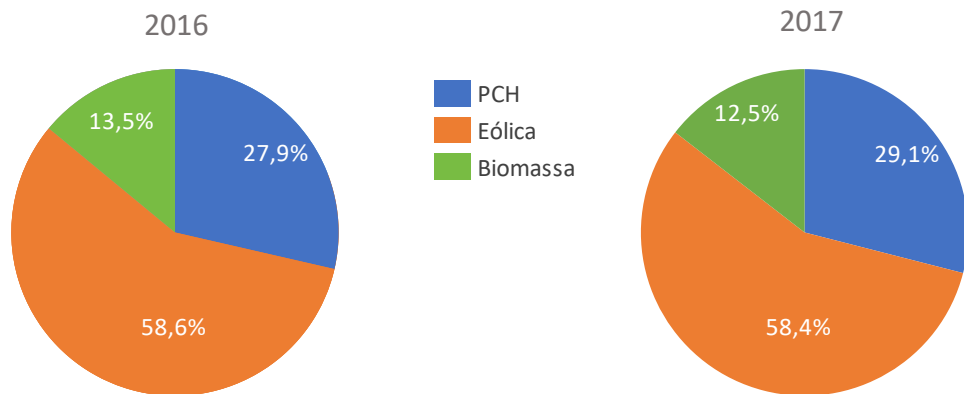
Resultados 4T17 e 2017

Nota:

A sazonalização é a alocação da garantia física ou da energia comercializada entre os meses do ano. A média móvel é o volume médio de energia dos últimos doze meses. Alguns contratos de energia permitem que o gerador, anualmente, faça sazonalização para atender a contraparte, desde que observem a média móvel dos últimos doze meses, para garantir que em qualquer mês, os últimos doze meses atendam o volume anual comercializado. Dessa maneira, diferenças na sazonalização entre os anos podem gerar diferenças no reconhecimento da receita durante os trimestres, sem efeito no resultado anual, e também a necessidade de compra de energia para atendimento de média móvel em algum período específico.

Receita líquida

Composição da receita líquida por fonte¹



¹ A participação da fonte solar foi de 0,02% em 2017 e 2016.

A receita líquida total atingiu R\$ 591,2 milhões no 4T17, 17,8% superior à receita do 4T16 (+R\$ 89,3 milhões). Essa variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$ 40,9 milhões na receita das eólicas devido principalmente: a) à entrada em operação comercial dos complexos eólicos Campo dos Ventos, São Benedito e Pedra Cheirosa; b) ao efeito positivo no 4T17 do leilão de energia nova por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), uma vez que o preço do contrato firmado no mercado livre foi superior ao preço do contrato no mercado regulado para os oito parques eólicos que participaram desse leilão. Adicionalmente, a sobra de energia de alguns dos parques que participaram no MCSD (diferença do volume gerado em relação ao montante contratado no MCSD) foi liquidada à PLD; e c) ao reajuste de preço dos contratos. Tais itens foram parcialmente compensados pela menor geração dos complexos eólicos do Ceará (complexos que eram operados pela Suzlon).
- (ii) Aumento de R\$ 52,1 milhões na receita das PCHs e da Holding devido basicamente às operações de *hedge* e *swap* liquidadas à PLD na Holding, com contrapartida na compra de energia. Tais efeitos foram parcialmente compensados pela diferença da

Resultados 4T17 e 2017

sazonalização das garantias físicas das PCHs (R\$ 4,6 milhões) e pelo maior GSF das usinas do Proinfa (R\$ 3,6 milhões).

- (iii) Redução de R\$ 3,7 milhões na receita das biomassas decorrente principalmente do efeito positivo em Bio Formosa (ressarcimento de geração a PLD) no 4T16, parcialmente compensado pelo efeito positivo da estratégia de sazonalização das usinas.

Em 2017, a receita líquida atingiu R\$ 1.959,1 milhões, aumento de 19,0% em comparação com a de 2016 (+R\$ 312,5 milhões). Essa variação pode ser explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$ 178,9 milhões na receita das eólicas devido principalmente: a) à entrada em operação comercial dos complexos eólicos Campo dos Ventos, São Benedito e Pedra Cheirosa; b) ao efeito positivo no 2S17 do leilão de energia nova por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), uma vez que o preço do contrato firmado no mercado livre foi superior ao preço do contrato no mercado regulado para os oito parques eólicos que participaram desse leilão. Adicionalmente, a sobra de energia de alguns desses parques no 2S17 (diferença do volume gerado em relação ao montante contratado no MCSD) foi liquidada à PLD; e c) ao reajuste de preço dos contratos. Tais itens foram parcialmente compensados pela menor geração dos complexos eólicos do Ceará (complexos que eram operados pela Suzlon).
- (ii) Maior receita nas PCHs e na Holding (R\$ 111,4 milhões) decorrente basicamente das sobras de garantia física do portfólio e das operações de hedge e swap liquidadas à PLD na Holding, esse último item com contrapartida na compra de energia. Adicionalmente, ocorreu maior receita das PCHs devido à diferença na estratégia de sazonalização da garantia física, à entrada em operação da PCH Mata Velha e ao reajuste de preço dos contratos, parcialmente compensados pelo maior GSF das usinas do Proinfa (R\$ 4,4 milhões).
- (iii) Maior receita nas biomassas (R\$ 22,3 milhões) decorrente principalmente da estratégia de sazonalização da garantia física das biomassas e do reajuste de preço.

Conforme mencionado houve efeito positivo na receita por conta do reajuste dos contratos nos últimos 12 meses, com base no IGP-M ou IPCA. A média dos preços de venda de energia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 254,7/MWh, 3,7% superior a apurada em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 245,6/MWh).

Receita líquida	4T17	4T16	4T17 vs 4T16	2017	2016	2017 vs 2016
PCH ¹	179.493	127.360	40,9%	570.358	459.006	24,3%
EOL	358.515	317.649	12,9%	1.143.625	964.837	18,5%
Biomassa	53.044	56.749	-6,5%	244.699	222.404	10,0%
Solar	113	100	12,3%	402	342	17,5%
Total	591.165	501.857	17,8%	1.959.084	1.646.588	19,0%

¹ Considera as operações na Holding.

Cabe ressaltar que o reconhecimento das receitas das PCHs (com exceção dos contratos do PROINFA) é feito com base na curva de sazonalização da garantia física e o reconhecimento das receitas das eólicas é feito com base na geração efetiva dos parques. Para as usinas de biomassa, o reconhecimento da receita depende do contrato e pode ser feito pela sazonalização ou geração efetiva. O reconhecimento das receitas das eólicas é feito com base na geração efetiva. Para

Resultados 4T17 e 2017

maiores detalhes veja o mapa de contratos de venda de energia no anexo (mapa de contrato de vendas de energia).

Custo de geração de energia

(R\$ mil)	4T17	4T16	4T17 vs 4T16	2017	2016	2017 vs 2016
Custo de compra de energia	(98.771)	(54.400)	81,6%	(248.339)	(182.161)	36,3%
Amortização de prêmio do risco hidrológico – GSF	(590)	(585)	0,9%	(2.359)	(2.359)	-
Encargos de uso de sistema	(25.461)	(25.207)	1,0%	(99.690)	(89.964)	10,8%
PMSO ⁽¹⁾	(54.644)	(46.019)	18,7%	(201.583)	(186.225)	8,2%
Custo de geração de energia elétrica	(179.466)	(126.211)	42,2%	(551.971)	(460.709)	19,8%
Depreciação e amortização	(112.263)	(106.737)	5,2%	(454.657)	(395.372)	15,0%
Total dos custos com geração de energia elétrica + depreciação e amortização	(291.729)	(232.948)	25,2%	(1.006.628)	(856.081)	17,6%

¹ Pessoal, material, serviços de terceiros e outros.

No 4T17, os custos de geração de energia, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 179,5 milhões, acréscimo de 42,2% em relação ao 4T16. Em 2017, os custos de geração de energia, excluindo depreciação e amortização, da Companhia totalizaram R\$ 552,0 milhões, o que representa um aumento de 19,8% na comparação com os de 2016 (+R\$ 91,3 milhões).

Custo de compra de energia

O custo de compra de energia totalizou R\$ 98,8 milhões no 4T17, montante 81,6% superior ao registrado no 4T16 (+R\$ 44,4 milhões). Em 2017, o custo de compra de energia totalizou R\$ 248,3 milhões, montante 36,3% superior ao registrado em 2016 (+R\$ 66,2 milhões). Essas variações devem-se basicamente ao maior GSF (PCHs) no 4T17 (R\$ 28,7 milhões) versus o 4T16 (R\$ 3,3 milhões) e em 2017 (R\$ 73,8 milhões) versus 2016 (R\$ 10,0 milhões) e às compras de energia para atender exposição no mercado de curto prazo, hedge e recomposição de lastro em 2017. Tais itens foram parcialmente compensados pelo reconhecimento de indenização contratual dos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito no valor de R\$ 56,2 milhões em 2016, que não se repetiu em 2017.

PMSO

O custo com pessoal, material, serviços de terceiros e outros (PMSO) atingiu R\$ 54,6 milhões no 4T17, aumento de 18,7% (+R\$ 8,6 milhões) em relação ao custo do 4T16. Em 2017, o custo com PMSO totalizou R\$ 201,6 milhões, aumento de 8,2% em relação ao custo de 2016 (+R\$ 15,4 milhões). Tais variações (trimestrais e anuais) são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento nos custos com pessoal devido principalmente ao maior número de colaboradores no período. No 3T17, houve a contratação de 45 ex-colaboradores do

Resultados 4T17 e 2017

- fornecedor Suzlon para dar continuidade nas operação de O&M dos aerogeradores dos parques eólicos do Ceará;
- (ii) Em contrapartida ao aumento do custo de pessoal teve um menor custo de operação com fornecedor de O&M em 2017, uma vez que após o pedido de autofalência da Suzlon, os serviços foram interrompidos;
 - (iii) Aumentos nos custos com materiais devido às manutenções decorrentes da internalização dos serviços de O&M dos parques do Ceará ocorridas no 4T17 e à compra de cavaco de madeira para as usinas de biomassa (Baldin, Coopcana e Alvorada); e
 - (iv) Crescimento do portfólio em operação.

Encargos de uso de sistema

O custo com encargos de uso de sistema totalizou R\$ 25,5 milhões no 4T17, montante 1,0% superior ao custo do 4T16 (+R\$ 254 mil). Em 2017, o custo com encargos de uso de sistema foi de R\$ 99,7 milhões, montante 10,8% (+ R\$ 9,7 milhões) superior ao do mesmo período do ano anterior. Essas variações são explicadas principalmente pelos seguintes itens:

- (i) Início dos compromissos contratuais de uso e conexão junto as distribuidoras, transmissoras e ONS devido à entrada em operação de ativos nos últimos 12 meses; e
- (ii) Impacto do reajuste anual dos encargos de conexão e tarifas de uso e conexão do sistema de distribuição e transmissão.

Depreciação e Amortização

O custo com depreciação e amortização teve um aumento de 5,2% no 4T17 e 15,0% em 2017, devido basicamente à entrada em operação dos ativos ao longo dos últimos 12 meses.

Despesas gerais e administrativas

(R\$ mil)	4T17	4T16	4T17 vs 4T16	2017	2016	2017 vs 2016
Despesas com pessoal	(18.561)	(17.187)	8,0%	(69.696)	(64.510)	8,0%
Serviços de terceiros	(17.524)	(11.429)	53,3%	(62.363)	(39.136)	59,3%
Outros	(21.262)	(77.528)	-72,6%	(53.440)	(89.104)	-40,0%
Despesas gerais e administrativas	(57.347)	(106.144)	-46,0%	(185.499)	(192.750)	-3,8%
Depreciação & Amortização	(4.206)	(1.291)	225,8%	(7.038)	(5.326)	32,1%
Amortização do direito de exploração	(39.016)	(38.460)	1,4%	(155.323)	(152.471)	1,9%
Total das despesas gerais e administrativas + depreciação e amortização	(100.569)	(145.895)	-31,1%	(347.860)	(350.547)	-0,8%

¹ Considera despesas de ocupação, material e serviços profissionais

Resultados 4T17 e 2017

As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortizações, somaram R\$ 57,3 milhões no 4T17, redução de 46,0% (-R\$ 48,8 milhões) em relação às do 4T16. Em 2017, as despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 185,5 milhões, redução de 3,8% em relação às de 2016 (-R\$ 7,3 milhões). Essas variações são explicadas basicamente pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento nas despesas com pessoal devido principalmente ao maior número de colaboradores (479 em 2017 versus 432 em 2016) e também pelo acordo sindical;
- (ii) Aumento nas despesas com consultoria voltados principalmente para melhor eficiência em informática, financeiro, suprimentos e honorários advocatícios relacionados aos projetos corporativos; e
- (iii) Redução no montante de provisões para perdas e registro de baixa de ativos e direitos em 2017 em relação a 2016, conforme quadro abaixo. A baixa de ativos de projetos é decorrente da incerteza de investimento. Adicionalmente, ocorreu baixas de saldos de contas a receber, em função de decreto de autofalência de fornecedor (Suzlon) e provisões para perda de ativos.

Provisões e baixas de ativos

4T17	4T16	4T17 vs 4T16	2017	2016	2017 vs 2016
(20.438)	(73.567)	-72,2%	(45.872)	(81.058)	-43,4%

Excluindo o efeito não recorrente das provisões e baixas acima mencionadas, as despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortizações, teriam tido aumento de 13,3% no trimestre e 25,0% no ano.

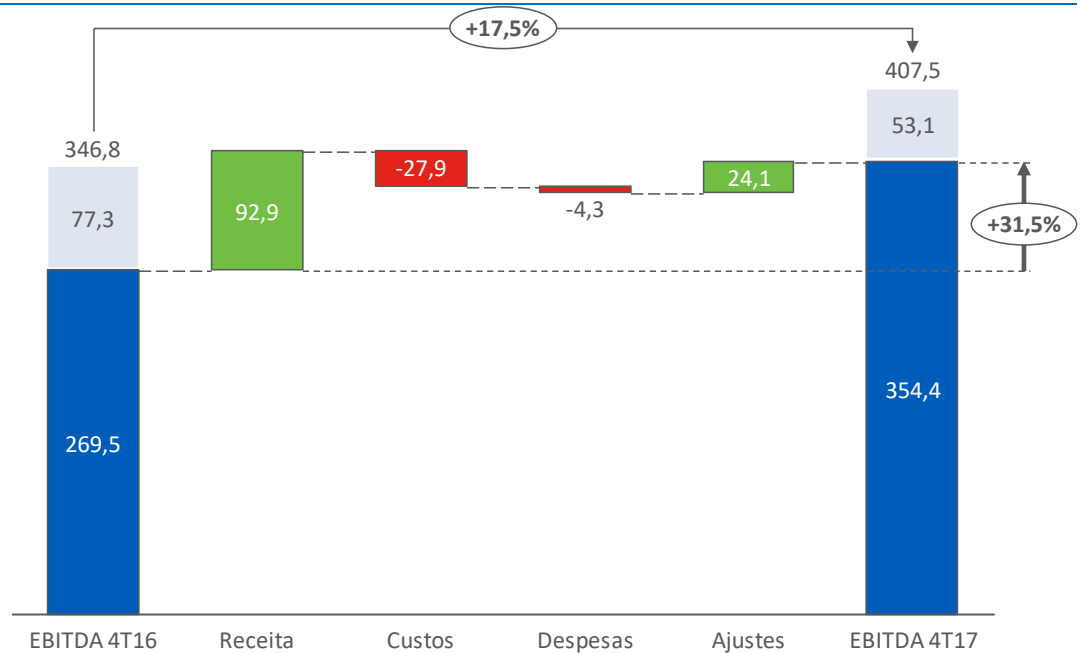
Ebitda

No 4T17, o Ebitda totalizou R\$ 354,4 milhões, 31,5% superior ao do 4T16 (+R\$ 84,9 milhões). A margem Ebitda atingiu 59,9% no 4T17, 6,2 p.p. superior à do 4T16. Esse resultado deve-se basicamente: a) à entrada em operação de novos ativos; b) à estratégia de venda de energia no MCSD; e c) ao menor volume de provisões e baixa de ativos no 4T17 em relação ao 4T16. Tais itens foram parcialmente compensados pelos maiores gastos com GSF¹². Excluindo os efeitos não recorrentes, o Ebitda teria sido de R\$ 407,5 milhões no 4T17 versus R\$ 346,8 milhões no 4T16.

¹² Item considerado como não recorrente

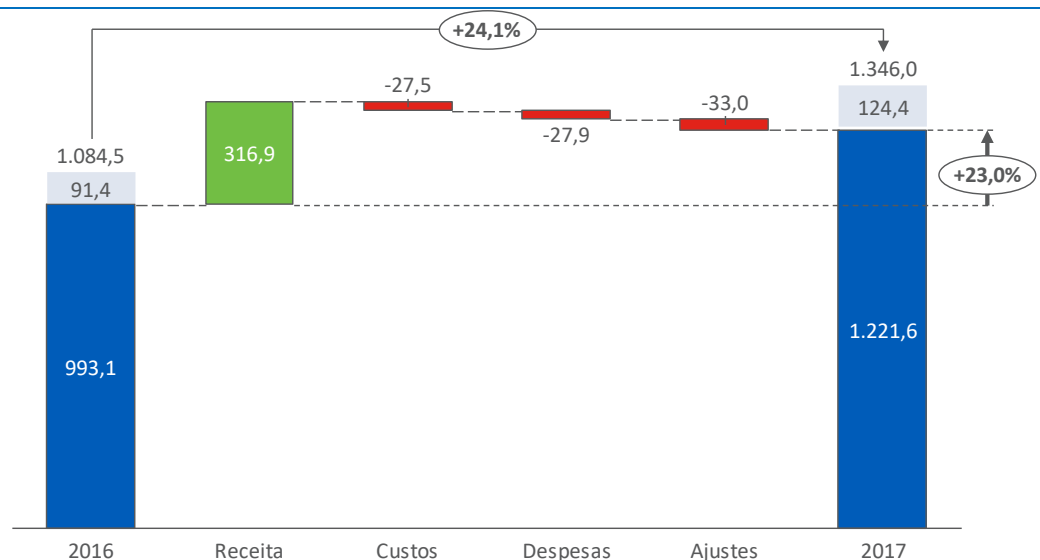
Resultados 4T17 e 2017

Evolução do Ebitda – 4T17 versus 4T16 (R\$ milhões)



Em 2017, o Ebitda totalizou R\$ 1,2 bilhão, 23,0% superior ao de 2016 (+R\$ 228,5 milhões). A margem Ebitda atingiu 62,4% em 2017, 2,1 p.p. superior à de 2016. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento de 19,0% na receita líquida e pelo menor volume de provisões e baixas de ativos não circulante em 2017 que foram parcialmente compensados pelos maiores custos com geração de energia em função basicamente do GSF e do crescimento do portfólio. Excluindo os efeitos não recorrentes, o Ebitda teria sido de R\$ 1,3 bilhão em 2017 versus R\$ 1,1 bilhão em 2016.

Evolução do Ebitda – 2017 versus 2016 (R\$ milhões)



Os ajustes no Ebitda da Companhia consideram itens extraordinários ligados à condição hidrológica (GSF) e eventuais ocorrências relevantes nos ativos da Companhia.

Resultados 4T17 e 2017

Ebitda e Ebitda ajustado

(R\$ mil)	4T17	4T16	4T17 vs 4T16	2017	2016	2017 vs 2016
Ebitda	354.352	269.502	31,5%	1.221.614	993.129	23,0%
Margem ebitda	59,9%	53,7%	6,2 p.p.	62,4%	60,3%	2,1 p.p.
Itens ajustados	53.141	77.267	-31,2%	124.412	91.413	36,1%
Baixas e provisões	20.438	73.567	-72,2%	45.872	81.058	-43,4%
GSF Receita	4.025	403	898,8%	4.757	330	1.341,5%
GSF Custo	28.678	3.297	769,8%	73.783	10.025	636,0%
Ebitda ajustado	407.493	346.769	17,5%	1.346.026	1.084.542	24,1%
Margem ebitda ajustada	68,9%	69,1%	-0,2 p.p.	68,7%	65,9%	2,8 p.p.

Resultado Financeiro

(R\$ mil)	4T17	4T16	4T17 vs 4T16	2017	2016	2017 vs 2016
Receitas Financeiras	30.789	34.911	-11,8%	137.746	133.649	3,1%
Despesas Financeiras	(154.332)	(177.698)	-13,1%	(648.571)	(671.005)	-3,3%
Resultado Financeiro	(123.543)	(142.787)	-13,5%	(510.825)	(537.356)	-4,9%

A CPFL Renováveis registrou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 123,5 milhões no 4T17, redução de 13,5% em relação ao 4T16 (+R\$ 19,2 milhões). Em 2017, o resultado financeiro foi de R\$ 510,8 milhões, melhora de 4,9% (+R\$ 26,5 milhões) em relação ao de 2016.

Receitas financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, as disponibilidades e aplicações financeiras da CPFL Renováveis somavam R\$ 1.664,4 milhões ante R\$ 1.471,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) novas captações no período; (ii) geração de caixa dos projetos, sendo parcialmente compensado por (iii) investimentos realizados nos projetos em andamento; e (iv) amortizações e custos dos empréstimos.

No 4T17, as receitas financeiras totalizaram R\$ 30,8 milhões, 11,8% inferior as do 4T16 (R\$ 4,1 milhões), decorrente principalmente pela menor taxa de juros. Em 2017, as receitas financeiras totalizaram R\$ 137,7 milhões, 3,1% superior as de 2016 (R\$ 4,1 milhões), devido principalmente ao maior saldo de caixa médio nos períodos, parcialmente compensados pela menor taxa de juros.

Resultados 4T17 e 2017

Despesas financeiras

As despesas financeiras somaram R\$ 154,3 milhões no 4T17, 13,1% inferior as do 4T16 (R\$ 23,4 milhões). Em 2017, as despesas financeiras totalizaram R\$ 648,6 milhões, 3,3% inferiores às de 2016 (R\$ 22,4 milhões). Essas variações são explicadas principalmente pela queda do CDI médio e da TJLP.

O acelerado crescimento do portfólio de ativos da Companhia é naturalmente associado a dívidas de longo prazo que, na medida em que as novas capacidades entram em operação ou que as aquisições passam a ser consolidadas na CPFL Renováveis, incrementam sua despesa financeira, afetando seus resultados líquidos. Por outro lado, o crescimento do portfólio também proporciona aumento da geração de caixa operacional e valor para a Companhia.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs BVP Geradora, Formosa e Icarazinho, que adotam o regime de tributação com base no lucro real por usufruírem do benefício fiscal do lucro da exploração.

As despesas com imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 24,1 milhões no 4T17 ante R\$ 6,5 milhões no 4T16. Em 2017 tais despesas foram de R\$ 74,1 milhões ante R\$ 46,3 milhões em 2016. Essa variação ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: (i) aumento das receitas operacionais nas SPEs tributadas pelo lucro presumido, que estão sujeitas ao pagamento de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 3,08%; (ii) aumento das receitas financeiras nas mesmas SPEs, que estão sujeitas ao pagamento de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%; e (iii) efeito positivo no 4T16 no imposto de renda e contribuição social diferidos devido às baixas de ativos no valor de R\$ 17,9 milhões.

Resultado líquido

No 4T17, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 51,2 milhões ante a um prejuízo de R\$ 26,2 milhões no 4T16. Em 2017, o lucro líquido foi de R\$ 19,6 milhões ante a um prejuízo de R\$ 143,7 milhões em 2016. Tais resultados devem se principalmente ao aumento na receita líquida e pelas menores provisões e baixas de ativos em 2017 (em relação a 2016) que foram parcialmente compensados pelos maiores custos com geração de energia em função basicamente do GSF e do crescimento do portfólio. Adicionalmente, houve uma menor despesa financeira líquida – consequência do cenário macroeconômico atual.

Remuneração aos acionistas

Conforme disposto no Estatuto Social, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em virtude do resultado apresentado acima e da estimativa de geração de caixa, a administração da Companhia irá propor a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, face à apuração de lucro líquido ajustado da Controladora no montante de R\$ 14,5 milhões.

Adicionalmente, a administração da Companhia submeterá à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, prevista para ocorrer no dia 26 de abril de 2018, a proposta de (i) a distribuição

Resultados 4T17 e 2017

de dividendos obrigatórios referentes ao exercício social de 2017 no montante de R\$ 3,6 milhões, sendo R\$ 0,01 por ação ordinária; e (ii) a destinação do remanescente do lucro líquido no montante de R\$ 10,9 milhões para a reserva estatutária de reforço de capital de giro, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia.

Dividendos propostos		R\$
Lucro líquido do exercício		11.483.725,42
(+) Realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial		3.777.242,06
Lucro líquido		15.260.967,48
(-) Reserva legal		- 763.048,37
Lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da LSA (base de cálculo dos dividendos obrigatórios)		14.497.919,11
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%		3.624.479,78
Constituição da reserva de reforço de capital de giro		10.873.439,33
Quantidade de ações		503.351.271
Dividendos por ação		0,007201

Investimentos

A CPFL Renováveis investiu R\$ 200,3 milhões no 4T17, totalizando R\$ 646,3 milhões em 2017. Os investimentos foram direcionados basicamente aos projetos detalhados abaixo:

Projeto	Localização	Entrada em Operação	Capacidade (MW)	Garantia Física (MWm)
Complexo eólico Pedra Cheirosa	CE	2T17	48,3	26,1
PCH Boa Vista 2	MG	1T20	29,9	14,8

Resultados 4T17 e 2017

Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial					
Ativo			Passivo		
	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016
Circulante e Realizável a longo prazo	2.304.426	1.972.182	Circulante e Exigível a longo prazo	8.717.024	8.027.079
Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras	1.664.399	1.471.197	Fornecedores	201.793	76.395
Contas a receber (Clientes)	369.851	273.373	Obrigações Fiscais, trabalhistas e encargos	61.921	59.334
Tributos a Recuperar	69.530	70.499	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	12.206	9.045
Tributos diferidos	696	260	Empréstimos e financiamentos e Debêntures	6.510.808	6.407.871
Créditos com partes relacionadas	8.612	9.067	Outros	1.930.296	1.474.434
Outros	191.338	147.786			
Imobilizado	7.700.204	7.466.547	Patrimônio Líquido	4.138.978	4.437.806
Intangível	2.851.372	3.026.156	Capital social	3.390.870	3.390.870
			Adiantamento para futuro aumento de capital	-	300.000
			Reservas de capital	592.138	592.138
			Reservas de lucro	12.942	1.305
			Ajuste de avaliação patrimonial	36.498	40.275
			Lucros/prejuízos acumulados	-	-
			Participação de acionistas não controladores	106.530	113.218
Tota do ativo	12.856.002	12.464.885	Total do passivo	12.856.002	12.464.885

Principais variações do ativo

O ativo circulante e realizável a longo prazo da Companhia encerrou o ano de 2017 em R\$ 2,3 bilhões, aumento de 16,8% (+R\$ 332,2 milhões) em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2016.

As disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas – encerraram o ano de 2017 com R\$ 1,7 bilhão, aumento de 13,1% comparadas às de 31 de dezembro de 2016. Essa variação foi decorrente principalmente de (i) novas captações no período; (ii) geração de caixa dos projetos, sendo parcialmente compensado por (iii) investimentos realizados nos projetos em andamento; e (iv) amortizações e custos dos empréstimos.

A rubrica contas a receber (Clientes) teve uma variação positiva de 35,3% quando comparada ao encerramento de 2016, decorrente principalmente da receita proveniente dos projetos que entraram em operação, dos ganhos obtidos com as usinas que participaram do MCS D e da inadimplência da CCEE.

A variação do imobilizado (+3,1%) foi decorrente principalmente da conclusão das obras dos complexos eólicos Pedra Cheirosa, São Benedito e Campo dos Ventos e do ativo em construção (PCH Boa Vista 2), parcialmente compensado pela contabilização da provisão para perda de ativos. no montante de R\$ 15,3 milhões.

Resultados 4T17 e 2017

Principais variações do passivo

O passivo circulante e realizável a longo prazo encerrou o ano de 2017 com montante de R\$ 8,7 bilhões, 8,6% (+R\$ 689,9 milhões) superior ao saldo de 31 de dezembro de 2016, sendo influenciado basicamente pelo adiantamento de clientes em função da menor geração dos parques eólicos no Ceará e pelo aumento na linha de fornecedores em decorrência da finalização das obras do complexo eólico Pedra Cheirosa e da continuidade das obras da PCH Boa Vista 2.

O patrimônio líquido foi de R\$ 4,1 bilhões no encerramento do ano de 2017, variação negativa de 6,7% (-R\$ 298,8 milhões) em relação ao de 31 de dezembro de 2016 em função da transferência do adiantamento para futuro aumento de capital realizado em dezembro de 2016 no montante de R\$ 300,0 milhões, para o passivo não circulante, parcialmente compensado pelo lucro líquido do exercício de 2017, no valor de R\$ 19,6 milhões.

Endividamento

A Companhia encerrou o 4T17 com endividamento total de R\$ 6.510,8 milhões, montante 1,6% superior ao endividamento do 4T16 (R\$ 6.407,9 milhões). Considerando os empréstimos ponte (que serão quitados com as captações de dívida de longo prazo), as dívidas da Companhia possuem prazo médio de 4,9 anos e custo médio nominal de 8,7% a.a. (126,5% do CDI de 31 de dezembro de 2017).

As captações realizadas nos últimos 12 meses, em sua grande parte, tiveram objetivo de reforçar o caixa da Companhia e fazer frente aos investimentos necessários para a construção dos projetos.

Dessa forma, nos últimos 12 meses, a Companhia realizou captações de R\$ 636,6 milhões, sendo:

- (i) R\$ 5,1 milhões referente à subcrédito social;
- (ii) R\$ 26,0 milhões referentes à CCB da Boa Vista 2, emitidas junto ao Banco BBM com custo de CDI + 1,90% a.a.;
- (iii) R\$ 46,8 milhões referentes à portabilidade de CCB junto ao banco ABC com vencimento em 11/12/2017 da CPFL Renováveis, emitidas junto ao Banco Deutsche Bank com custo de CDI + 1,45% a.a.;
- (iv) R\$ 62,0 milhões referente Nota Promissória da Boa Vista 2, emitidas junto ao Banco BBM com custo de CDI + 1,39% a.a.;
- (v) R\$ 100,0 milhões referente à 5ª emissão de debêntures da CPFL Renováveis, emitidas junto ao Banco Bradesco com custo de 129,5% do CDI a.a.;
- (vi) R\$ 146,7 milhões referentes ao financiamento de longo prazo dos complexos eólicos Campo dos Ventos e São Benedito, junto ao BNDES com custo de TJLP + 2,75% a.a.; e
- (vii) R\$ 250,0 milhões referentes à 7ª emissão de debêntures da CPFL Renováveis, emitidas junto ao Banco Safra com custo de IPCA + 5,62% a.a..

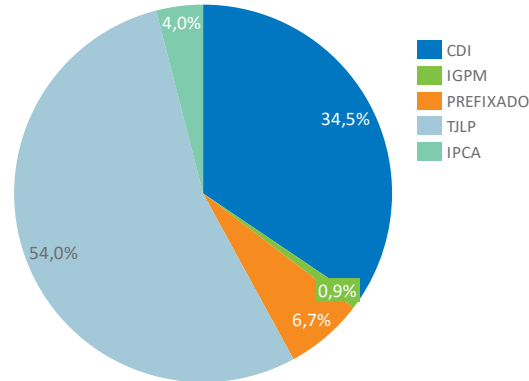
Destacamos as principais amortizações ocorridas nos últimos 12 meses:

- (i) R\$ 30,0 milhões referentes à amortização da 2ª emissão de debêntures da CPFL Renováveis;
- (ii) R\$ 43,0 milhões referentes à amortização e quitação da 1ª emissão de debêntures da CPFL Renováveis;
- (iii) R\$ 44,0 milhões referentes à amortização de Ações Preferenciais Resgatáveis da Turbina 15;

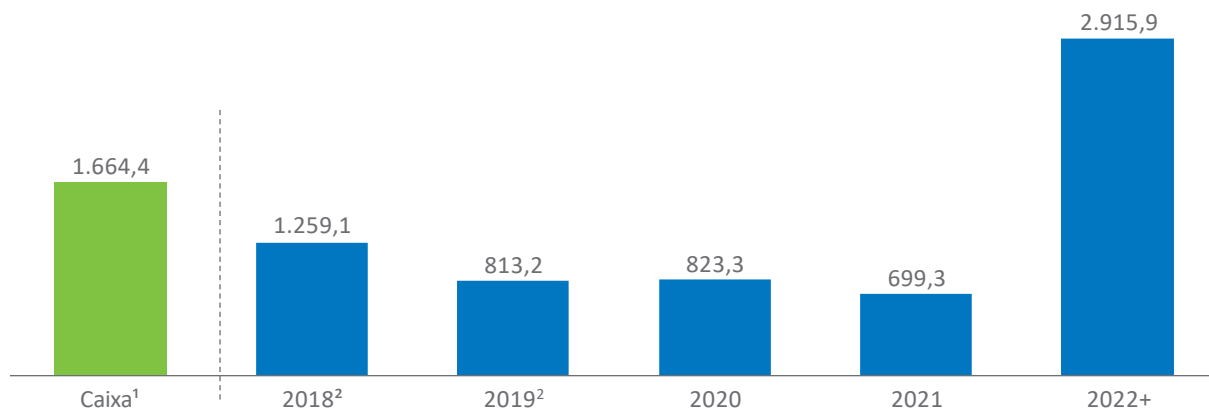
Resultados 4T17 e 2017

- (iv) R\$ 50,0 milhões referentes à amortização da 1ª emissão de debêntures da Boa Vista 2; e
- (v) R\$ 44,0 milhões referentes à amortização e quitação da CCB da CPFL Renováveis.

Dívida por indexador – Dezembro de 2017



Cronograma de amortização da dívida (R\$ milhões) – Dezembro de 2017



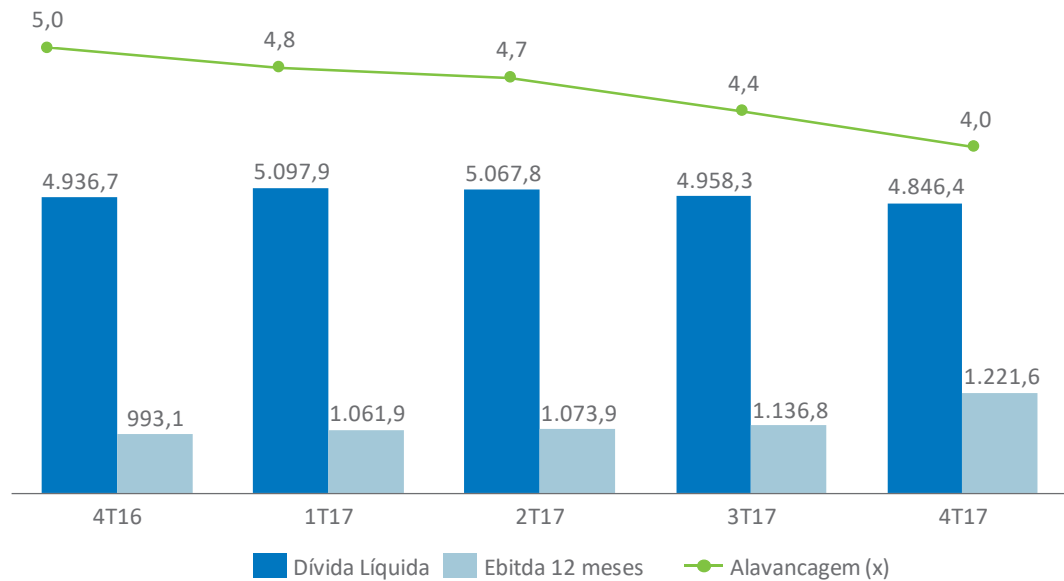
¹ O saldo de caixa considera a conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) de R\$ 586,8 milhões no encerramento do 4T17 (R\$ 476,7 milhões no encerramento do 4T16).

² Considera encargos financeiros no valor de R\$ 113,6 milhões em 2018.

A Companhia, de acordo com a natureza de seu negócio, possui um portfólio de usinas em construção ou que entraram recentemente em operação. Dessa maneira para esses ativos, as dívidas já estão no balanço, sem a contrapartida no Ebitda.

Resultados 4T17 e 2017

Divida líquida/Ebitda (R\$ milhões)¹

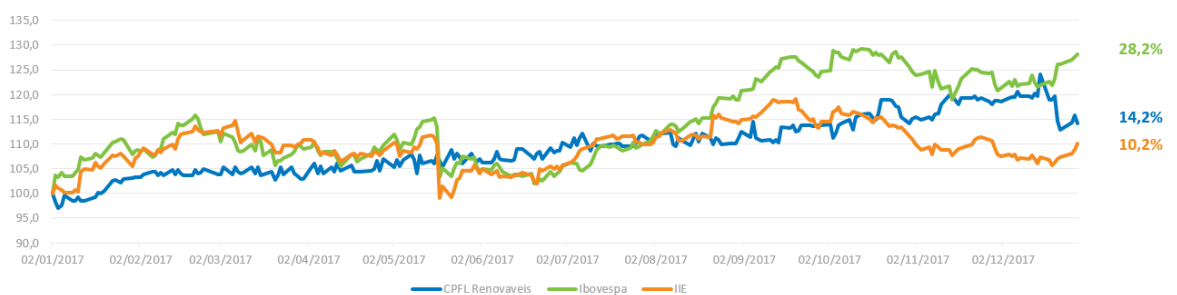


¹ O saldo de caixa considera a conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) de R\$ 586,8 milhões no encerramento do 4T17 (R\$ 476,7 milhões no encerramento do 4T16).

Mercado de capitais

As ações da CPFL Renováveis (CPRE3) encerraram o 4T17 cotadas a R\$ 13,35, representando uma valorização positiva de 14,2% em relação ao fim do 4T16. Neste mesmo período o índice Bovespa (IBOV) valorizou 28,2% e o índice de Energia Elétrica (IEE) valorizou 10,2%.

Desempenho CPRE3 vs. IBOV e IEE: 01/01/2017 até 31/12/2017



Governança Corporativa

A CPFL Renováveis é listada no segmento de mais alto nível de governança – Novo Mercado da BM&FBovespa – e seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias, totalmente integralizadas.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, que é assessorado por dois Comitês de Assessoramento (Financeiro e Operacional), da Diretoria Executiva e da Auditoria Interna.

Resultados 4T17 e 2017

Quatro princípios são seguidos por seus executivos para que a gestão da CPFL Renováveis seja realizada de forma ética, com respeito integral aos órgãos públicos e às comunidades onde seus empreendimentos estão localizados: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

O Conselho de Administração da Companhia é um órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócios da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da Companhia. É responsável também pela supervisão da gestão da Diretoria Executiva, dentre outras competências que lhe são atribuídas pela lei e pelo estatuto social da Companhia.

O Conselho de Administração é composto por nove conselheiros, sendo dois conselheiros independentes, com prazo de mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição. O referido conselho se reúne ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente do Conselho ou por quaisquer dois conselheiros.

A CPFL Renováveis também possui Conselho Fiscal em permanente funcionamento, que é composto por três membros efetivos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

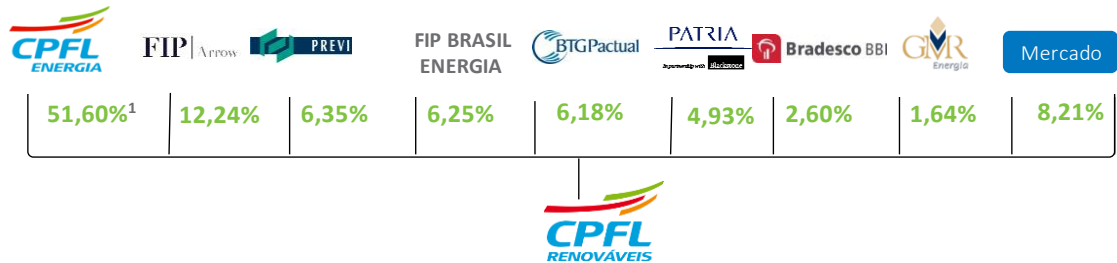
A Diretoria Executiva é formada por até sete diretores estatutários, com prazo de mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva representar a Companhia e gerir seus negócios sociais de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração.

As diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no *website* de Relações com Investidores www.cpfrenovaveis.com.br/ri.

Resultados 4T17 e 2017

Estrutura societária

Abaixo a demonstração da estrutura societária atual da Companhia:



¹ Via CPFL Geração

Resultados 4T17 e 2017

Contatos	Teleconferência	CPRE3
<p>Fernando Mano da Silva Diretor-Presidente</p>	<p>Teleconferência / webcast</p>	<p>Cotação de fechamento em 21/03/2018: R\$ 16,30</p>
<p>Alessandro Gregori Filho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores</p>	<p>Data: 23 de Março de 2018</p>	<p>Valor de Mercado:</p>
<p>Flávia de Lima Carvalho Superintendente de Finanças, RI e Comunicação</p>	<p>Horário: 10h00 (Horário de Brasília) 09h00 (Eastern time)</p>	<p>Reais: R\$ 8,20 bilhões</p>
<p>Luciana Silvestre Fonseca Especialista de Relações com Investidores</p>	<p>Teleconferência em Português com tradução simultânea para o Inglês.</p>	<p>Dolar: USD: 2,49 bilhões</p>
<p>Bruno César Ferrete Assistente de Relações com Investidores</p>	<p>Telefones para conexão: Brasil: (+55)11 3193-1001 ou (+55)11 2820-4001 EUA: +1 888 700 0802</p>	
<p>E-mail: ri@cpflrenovaveis.com.br Telefone: 11 3157-9312</p>	<p>Outras localizações: +1 786 924-6977</p>	
<p>Assessoria de Imprensa RP1 Comunicação Empresarial E-mail: marianacesena@rp1.com.br Telefone: 11-5501-4655</p>	<p>Senha: CPFL Renovaveis</p>	

Glossário

A-3 (A menos três) – Refere-se a Leilão de Compra de Energia de empreendimentos novos com início de suprimento 3 anos à frente.

A-5 (A menos cinco) – Refere-se a Leilão de Compra de Energia de empreendimentos novos com início de suprimento 5 anos à frente.

ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Elétrica.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

Capacidade instalada – É a capacidade máxima de produção de energia elétrica de uma usina.

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE, restritos ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Ebitda (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization Expenses*) - Resultados financeiros da empresa antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e despesas de amortização.

ENA (Energia Natural Afluente) - Medida em MW médios, é uma forma de apresentar a situação da vazão de um rio em um dado momento. Usualmente é calculada em percentual para mostrar se está acima ou abaixo da média histórica de longo termo (média mensal do histórico de 1931 a 2011).

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Órgão responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

Garantia Física – Fração de garantia física do SIN alocada a cada usina, que constituirá o limite de contratação para os geradores do sistema. A determinação da garantia física e suas revisões são propostas em conjunto pelo ONS e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com homologação pelo MME.

GSF (*Generation Scaling Factor/Fator de Ajuste da Garantia Física*) – O percentual de energia que todos os participantes do MRE estão gerando em relação ao total da sua Garantia Física.

IEE (Índice de Energia Elétrica) – Índice setorial da BMF&BOVESPA que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

Leilões de Energia – Processos licitatórios estabelecidos pelo MME e ANEEL para a compra e venda de energia. Podem ser caracterizados como: LEN – Leilões de Energia Nova; LER – Leilão de Energia de Reserva; LFA – Leilões de Fontes Alternativas.

Resultados 4T17 e 2017

Mercado de curto prazo – Mercado que admite transações em que a entrega da mercadoria ocorre a curto prazo e o pagamento é feito à vista. É comum recorrer a este mercado para a obtenção de energia elétrica com urgência, normalmente devido à escassez do recurso, o que torna os preços elevados.

Mercado Livre - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização.

Mercado Regulado - Esse ambiente têm regulação específica para aspectos como preço da energia, submercado de registro do contrato e vigência de suprimento, os quais não são passíveis de alterações bilaterais por parte dos agentes. Apesar de não ser contratada em leilões, a energia gerada pela usina binacional de Itaipu e a energia associada ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA são enquadradas no ACR, pois sua contratação é regulada, com condições específicas definidas pela ANEEL.

MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) - É direcionado a um pleno aproveitamento do parque produtivo, resultando num processo de transferência de energia entre geradores.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

PPA – Power Purchase Agreement - contrato para compra de energia.

P50 - estimativa que indica que existe 50% de probabilidade da produção real de energia no longo prazo ser acima deste valor. Estimativa média de produção de energia.

P90 - estimativa que indica que existe 90% de probabilidade da produção real de energia no longo prazo ser acima deste valor. Estimativa conservadora de produção de energia.

PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) – Preço de curto prazo, pelo qual são liquidadas as diferenças entre a energia contratada e gerada. A volatilidade do preço está diretamente relacionada à dinâmica das afluências.

PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) - Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 Km.

PROINFA - Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia.

SIN (Sistema Interligado Nacional) – Sistema hidrotérmico de grande porte, com forte predominância de usinas hidrelétricas, composto por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. A operação no sistema é baseada na interdependência, integrando recursos hidrelétricos de geração e transmissão de energia para atender o mercado. A interligação viabiliza a troca de energia entre regiões com diferentes variações climáticas e hidrológicas, que tendem a ocasionar excedente ou escassez de produção. O sistema também prevê a redução de custos operativos e a minimização da produção térmica.

TEO (Tarifa de Energia de Otimização) – Utilizada para valoração das transações do MRE estabelecida pela ANEEL.

Resultados 4T17 e 2017

Anexos – Mapa de contratos de venda de energia

Ambiente de contratação	Receita	Ajustes de geração	Comentários
Eólica			
Proinfra	Reconhecida conforme geração.	Previsto um ajuste inversamente proporcional nas tarifas de energia em virtude da produção realizada. Registrado na Receita.	O ajuste de caixa é realizado no ano subsequente.
ACR	Reconhecida conforme geração.	São determinados limites superiores e inferiores dentro de um quadriênio, para cada contrato. A geração excedente ou deficitária, dentro desses limites, são ressarcidas no final do quadriênio. Fora dos limites, o ressarcimento ocorre no ano subsequente.	O ajuste de caixa do ressarcimento é realizado no ano contratual subsequente, após apuração anual (fora dos limites) e quadrienal (dentro dos limites).
AQL	Reconhecida conforme geração.	Valores gerados diferentes do comercializado, são liquidados a PLD ou contratos bilaterais.	Impacto no caixa mensalmente, conforme geração.
PCH			
Proinfra	Reconhecida conforme sazonalização da garantia física.	Ajuste relativos a desvios de geração são reconhecidos na receita, inclusive em casos de GSF e secundária.	O ajuste de caixa é realizado no ano subsequente.
ACR	Reconhecida conforme sazonalização da garantia física.	Ajuste relativos a desvios de geração (TEO) são contabilizados no custo, inclusive em casos de GSF e secundária (PLD).	O caixa é realizado após contabilização da COEE (2 meses).
AQL	Reconhecida conforme sazonalização da garantia física.	Ajuste relativos a desvios de geração (TEO) são contabilizados no custo, inclusive em casos de GSF e secundária (PLD).	O caixa é realizado após contabilização da COEE (2 meses).
Biomassa			
ACR	Reconhecida conforme geração.	Ajuste relativos a desvios de geração são contabilizados na receita.	O ajuste de caixa é realizado no ano subsequente, conforme cada mecanismo de contrato.
AQL	Reconhecida conforme geração ou sazonalização.	Ajuste relativos a desvios de geração são contabilizados no custo (PLD ou bilateral).	O caixa é realizado após contabilização da COEE (2 meses).

Resultados 4T17 e 2017

Anexos – ativos em operação

Projetos	Município	UF	Capacidade (MW)	Garantia Física (MWm)	Energia Contratada 2017 (MWm)	Preço (R\$/MWh) Dez/17	Tipo de contrato	
Eólico								
Complexo eólico Atlântica	Atlântica I	Palmares do Sul	RS	30,00	13,10	13,10	240,00	ACL
	Atlântica II	Palmares do Sul	RS	30,0	12,90	12,90	240,00	ACL
	Atlântica IV	Palmares do Sul	RS	30,0	13,00	13,00	240,00	ACL
	Atlântica V	Palmares do Sul	RS	30,0	13,70	13,70	212,75	LFA 2010
Complexo eólico SIF	Foz do Rio Choró	Beberibe	CE	25,2	7,37	7,37	439,84	Proinfa
	Icaraizinho	Amontada	CE	54,6	22,08	21,51	407,21	Proinfa
	Paracuru	Paracuru	CE	25,2	12,58	11,78	401,27	Proinfa
	Praia Formosa	Camocim	CE	105,0	28,83	28,09	451,58	Proinfa
Complexo eólico Santa Clara	Santa Clara I	Parazinho	RN	30,0	13,71	12,53	240,21	LER 2009
	Santa Clara II	Parazinho	RN	30,0	12,76	11,22	240,21	LER 2009
	Santa Clara III	Parazinho	RN	30,0	12,51	11,78	240,21	LER 2009
	Santa Clara IV	Parazinho	RN	30,0	12,31	10,88	240,21	LER 2009
	Santa Clara V	Parazinho	RN	30,0	12,41	11,25	240,21	LER 2009
	Santa Clara VI	Parazinho	RN	30,0	12,29	10,46	240,21	LER 2009
	EURUS VI	Parazinho	RN	8,0	3,16	2,62	240,21	LER 2009
Complexo eólico Macacos I	Macacos	João Camara	RN	20,7	9,80	9,70	239,95	ACL
	Juremas	João Camara	RN	16,1	7,60	7,50	239,95	ACL
	Pedra Preta	João Camara	RN	20,7	10,30	10,10	239,95	ACL
	Costa Branca	João Camara	RN	20,7	9,80	9,80	239,50	ACL
Complexo eólico Bons Ventos	Bons Ventos	Aracati	CE	50,0	16,37	15,94	453,24	Proinfa
	Taiba Albatroz	São Gonçalo do Amarante	CE	16,5	6,71	6,58	413,04	Proinfa
	Canoa Quebrada - BV	Aracati	CE	57,0	24,08	22,93	396,81	Proinfa
	Enacel	Aracati	CE	31,5	10,23	9,97	445,62	Proinfa
Complexo eólico Rosa dos Ventos	Campo dos Ventos II	João Camara	RN	30,0	15,00	13,01	196,87	LER 2010
	Canoa Quebrada - RV	Aracati	CE	10,5	3,31	3,31	455,09	Proinfa
	Lagoa do Mato - RV	Aracati	CE	3,2	1,43	1,43	401,27	Proinfa
Complexo eólico Morro dos Ventos	Morro dos Ventos I	João Camara	RN	28,8	13,58	12,68	241,87	LER 2009
	Morro dos Ventos III	João Camara	RN	28,8	13,91	12,69	241,82	LER 2009
	Morro dos Ventos IV	João Camara	RN	28,8	13,74	12,11	241,84	LER 2009
	Morro dos Ventos VI	João Camara	RN	28,8	13,10	11,24	241,89	LER 2009
	Morro dos Ventos IX	Parazinho	RN	30,0	14,31	12,80	241,85	LER 2009
Complexo eólico Eurus	Eurus I	João Câmara	RN	30,0	15,50	12,64	193,83	LER 2010
	Eurus III	João Câmara	RN	30,0	16,10	14,61	193,81	LER 2010
Complexo Campo dos Ventos	Morro dos Ventos II	João Camara	RN	29,2	15,40	15,10	249,92	ACL
	Campo dos Ventos I	João Câmara	RN	25,2	13,60		179,91	ACL
	Campo dos Ventos III	João Camara	RN	25,2	13,40		179,91	ACL
	Campo dos Ventos V	Parazinho	RN	25,2	13,10	64,60	179,91	ACL
	São Domingos	São Miguel do Gostoso	RN	25,2			179,91	ACL
	Ventos de São Martinho	Touros	RN	14,7			179,91	ACL
Complexo São Benedito	Ventos de São Benedito	São Miguel do Gostoso	RN	29,4			179,91	ACL
	Ventos de Santo Dimas	São Miguel do Gostoso	RN	29,4		60,60	179,91	ACL
	Ventos de Santa Mônica	Touros	RN	29,4			179,91	ACL
	Ventos de Santa Úrsula	Touros	RN	27,3			179,91	ACL
Complexo Pedra Cheirosa	Pedra Cheirosa I	Itarema	CE	25,2	14,5			ACL
	Pedra Cheirosa II	Itarema	CE	23,1	13,0			ACL
Subtotal Eólico			1.308,5	500,6	531,51	282,63		

Nota: Até dezembro de 2017 a energia gerada pelo complexo Pedra Cheirosa será vendida à PLD.

Resultados 4T17 e 2017

Projetos	Município	UF	Capacidade (MW)	Garantia Física (MWm)	Energia Contratada 2017 (MWm)	Preço (R\$/MWh) Dez/17	Tipo de contrato
PCH							
Alto Irani	Arvoredo	SC	21,0	12,4	12,36	255,40	Proinfa
Americana	Americana	SP	30,0	5,9	5,88	252,87	ACL
Andorinhas	Bozano	RS	0,5	0,4	0,42	247,23	ACL
Arvoredo	Arvoredo	SC	13,0	7,4	7,00	245,23	LFA
Barra da Paciência	Gonzaga	MG	23,0	14,9	14,76	250,47	ACL
Buritis	Buritizal	SP	0,8	0,4	0,35	252,87	ACL
Capão Preto	São Carlos	SP	4,3	2,2	2,17	252,87	ACL
Chibarro	Araraquara	SP	2,6	1,5	1,53	252,87	ACL
Cocais Grande	Antonio Dias	MG	10,0	4,6	4,61	255,40	Proinfa
Corrente Grande	Açucena	MG	14,0	8,5	8,44	250,47	ACL
Diamante	Nortelândia	MT	4,2	1,6	1,60	229,61	ACL
Dourados	Nuporanga	SP	10,8	5,7	5,69	252,87	ACL
Eloy Chaves	Espirito Santo do Pinhal	SP	18,8	11,0	11,01	252,87	ACL
Esmeril	Patrocínio Paulista	SP	5,0	2,9	2,88	252,87	ACL
Figueirópolis	Indiavaí	MT	19,4	12,6	12,54	260,61	Proinfa
Gavião Peixoto	Gavião Peixoto	SP	4,8	3,6	3,63	252,87	ACL
Guaporé	Guaporé	RS	0,7	0,4	0,40	247,23	ACL
Jaguari	Pedreira	SP	11,8	4,5	4,50	252,87	ACL
Lençóis	Macatuba	SP	1,7	1,0	1,04	252,87	ACL
Ludesa	Ipuacu	SC	30,0	21,2	20,88	244,04	Proinfa / ACL
Mata Velha	Unai	MG	24,0	13,1	12,50	180,99	ACL
Monjolinho	São Carlos	SP	0,6	0,1	0,39	218,68	ACL
Ninho da Águia	Delfim Moreira	MG	10,0	6,5	4,16	250,47	ACL
Novo Horizonte	Campina Grande do Sul	PR	23,0	10,4	10,20	176,62	ACL
Paiol	Frei Inocêncio	MG	20,0	10,5	10,93	250,43	ACL
Pinhal	Espirito Santo do Pinhal	SP	6,8	3,7	3,70	252,87	ACL
Pirapó	Roque Gonzales	RS	0,8	0,6	0,58	247,23	ACL
Plano Alto	Xavantina	SC	16,0	9,3	9,25	255,40	Proinfa
Saltinho	Muitos Capões	RS	0,8	0,7	0,73	247,23	ACL
Salto Góes	Tangará	SC	20,0	11,1	11,10	230,07	LFA
Salto Grande	Campinas	SP	4,6	2,6	2,58	252,87	ACL
Santa Luzia	São Domingos	SC	28,5	18,4	18,00	249,35	LFA 2007 / ACL
Santana	São Carlos	SP	4,3	2,6	2,61	252,87	ACL
São Gonçalo	São Gonçalo do Rio Abaixo	MG	11,0	7,2	6,44	250,47	ACL
São Joaquim	Guará	SP	8,1	5,1	5,07	252,87	ACL
Socorro	Socorro	SP	1,0	0,3	0,31	252,87	ACL
Três Saltos	Torrinha	SP	0,6	0,4	0,43	252,87	ACL
Varginha	Chalé	MG	9,0	5,4	4,00	245,23	LFA 2007
Várzea Alegre	Chalé	MG	7,5	4,9	4,79	250,47	ACL
Subtotal PCH			423,0	235,5	229,46	242,88	

Resultados 4T17 e 2017

Projetos	Município	UF	Capacidade (MW)	Garantia Física (MWm)	Energia Contratada 2017 (MWm)	Preço (R\$/MWh) Dez/17	Tipo de contrato
Biomassa							
Alvorada	Araporã	MG	50,0	19,9	18,03	189,42	ACL
Baia Formosa	Baia Formosa	RN	40,0	5,5	11,00	266,79	LEN 2006
Bio Buriti	Buritizal	SP	50,0	10,8	10,78	240,20	ACL
Bio Energia	Pirassununga	SP	45,0	7,1	6,42	241,27	ACL
Bio Ipê	Nova Independência	SP	25,0	7,2	4,31	240,20	ACL
Bio Pedra	Serrana	SP	70,0	10,3	24,40	224,93	LER 2010
Coopcana	São Carlos do Ivaí	PR	50,0	18,0	18,04	189,42	ACL
Ester	Cosmópolis	SP	40,0	14,5	14,93	202,57	LFA 2007 / ACL
Subtotal Biomassa			370,0	93,2	107,9	213,66	

Projetos	Município	UF	Capacidade (MW)	Garantia Física (MWm)	Energia Contratada 2017 (MWm)	Preço (R\$/MWh) Dez/17	Tipo de contrato
Solar							
Tanquinho	Campinas	SP	1,1	0,2	0,2	228,97	ACL
Subtotal Solar			1,1	0,2	0,2	228,97	
TOTAL			2.102,6	829,5		262,93	

Resultados 4T17 e 2017

Anexos – ativos em construção

Projeto	UF	Capacidade (MW)	Garantia Física (MWm)	Energia Contratada (MWm)	Preço (R\$/MWh) Dez/17	Tipo de contrato
PCH						
Boa Vista 2	MG	29,9	15,2	14,0	233,59	21º LEN 2015 (A-5)
Subtotal PCH		29,9	15,2	14,0	233,59	
TOTAL		29,9	15,2	14,0	233,59	